

MERCADOS



Descolado de NY, Bovespa inicia semana em baixa de 0,77%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou ontem, em terreno negativo, tendo acumulado ganhos nas três semanas anteriores, gordura que o fez caminhar em direção contrária à dos índices de Nova York, onde o avanço ficou na faixa de 1,42% (Dow Jones) a 2,27% (Nasdaq) na sessão. Sem quebras nas semanas de março, o Índice Bovespa (Ibovespa) recuperou quase 10 mil pontos, de maneira que analistas consideram ser natural uma pausa para ajuste, tendo à frente uma semana de agenda forte no Brasil e no exterior, com novas leituras sobre inflação, também nos EUA, e a ata sobre juros, por aqui.

Assim, mesmo em baixa de 0,77%, aos 131.321,44 pontos no fechamento desta segunda-feira, o Ibovespa ainda acumulou ganho de 6,94% em março - o que supera o avanço de 6,54% em agosto passado, quando renovou máxima histórica na casa dos 137 mil pontos.

Se mantiver o desempenho até a próxima segunda-feira, quando o mês chega ao fim, confirmará sua maior alta desde os 12,54% de novembro de 2023.

Moderado, o giro financeiro de ontem ficou em R\$ 18,5 bilhões. Na sessão, oscilou dos 130.991,87 aos 132.424,43

pontos, saindo de abertura aos 132.343,95 pontos. Entre os grandes bancos, Bradesco sustentou alta (ON +1,23%, PN +1,04%) e, no setor metálico, Usiminas (PNA +1,38%) e as ações de Gerdau (PN +0,58%) e Metalúrgica Gerdau (+0,95%) também foram na direção contrária das blue chips.

Vale ON cedeu 0,52% e Petrobras caiu 0,25% na ON e 0,14% na PN - ambas as empresas tendo chegado a acenar perdas nos respectivos papéis, no meio da tarde, mas limitando o ajuste em direção ao fechamento.

Na ponta perdedora, Embraer (-4,7%), Hapvida (-4,15%) e Rumo (-3,94%). No lado oposto, Brava (+10,19%), CVC (+7,07%) e PetroReconcavo (+1,35%), além de Usiminas.

DÓLAR

O dólar emendou o terceiro pregão seguido de valorização ontem, e voltou a fechar acima da linha de R\$ 5,75 pela primeira vez em cerca de dez dias.

O dólar fechou o dia cotado a R\$ 5,7524, em alta de 0,61%, após ter recuado 0,45% na semana passada. Apesar do avanço nos três últimos pregões, a moeda norte-americana ainda acumula desvalorização de 2,77% em março. No ano, perde 6,92%.

MARCO FISCAL

Haddad sai em defesa do arcabouço fiscal e suas metas

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, saiu em defesa do arcabouço fiscal ontem após uma declaração em evento promovido pelo jornal *Valor Econômico* provocar oscilações no dólar. Em postagem na rede X, o ministro comprometeu-se com o cumprimento das metas atuais do marco fiscal.

“Estão tentando distorcer o que falei agora em um evento do Valor. Disse que gosto da arquitetura do arcabouço fiscal. Que estou confortável com os seus atuais parâmetros. E que defendo reforçá-los com medidas como as do ano passado.

Para o futuro, disse que os parâmetros podem até mudar, se as circunstâncias mudarem, mas defendendo o cumprimento das metas que foram estabelecidas pelo atual governo”, postou o ministro.

Ao discursar no evento, no início da manhã, Haddad citou a possibilidade de mudanças nos parâmetros do arcabouço fiscal. Ele ressaltou que as alterações só viriam num cenário que combatesse queda da Taxa Selic (juros básicos da economia), inflação sob controle e estabilidade na dívida pública.

“Quando você estiver numa situação de estabilidade da dívida/PIB, se você tiver uma Taxa Selic mais comportada e uma

inflação mais comportada, você vai poder mudar os parâmetros (do arcabouço). Na minha opinião, não deveríamos mudar a arquitetura”, declarou Haddad.

A fala provocou alvoroço no início das negociações no mercado financeiro. O dólar chegou a R\$ 5,77 por volta das 9h45, mas desacelerou e estabilizou-se em R\$ 5,73 após a postagem do ministro na rede X. Durante a tarde, a moeda norte-americana voltou a subir para R\$ 5,75 após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar que pretende impor uma tarifa adicional de 25% sobre os países que comparem petróleo da Venezuela.

O arcabouço fiscal estabele-

ce meta de déficit primário zero para 2025 e superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, 0,5% em 2027 e 1% em 2028. Em todos os anos, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos. O superávit primário representa a economia de recursos para pagar os juros da dívida pública.

Além da meta de resultado primário, o arcabouço tem um limite de gastos, que prevê o crescimento real (acima da inflação) das despesas em 70% do crescimento real das receitas no ano anterior, dentro de uma trilha entre 0,6% e 2,5% de expansão, descontada a inflação.

BC/Focus

Após nova alta de juros, mercado reduz previsão para PIB e inflação

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Após a taxa básica de juros ser elevada para 14,25% ao ano, as previsões do mercado financeiro para a expansão da economia e o índice de inflação em 2025 foram reduzidas, de acordo com dados do Boletim Focus, divulgados ontem, em Brasília. A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para este ano, a estimativa para o crescimento da economia caiu de 1,99% para 1,98%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país - foi mantida em 1,6%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 1,9% e 2%, respectivamente.

EXPANSÃO

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,95 para o fim

deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 6.

INFLAÇÃO

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - caiu de 5,66% para 5,65% este ano. Para 2026, a projeção da inflação subiu de 4,48% para 4,5%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro a inflação oficial ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022 quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 14,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros em um ponto percentual na reunião da semana passada, o quinto aumento seguido da Selic, em um ciclo de contração na política monetária.

Em comunicado, o Copom informou que a economia brasileira está aquecida, apesar de sinais de moderação no crescimento. Segundo o colegiado, a inflação cheia e os núcleos (medida que exclui preços mais voláteis, como alimentos e energia) continuam em alta. O órgão alertou que existe o risco de que a inflação de serviços continue alta e informou que continuará a monitorar a política econômica do governo.

PRÓXIMAS REUNIÕES

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a Selic “em menor mag-

nitude” na reunião de maio e não deixou pistas para o que acontecerá depois disso.

Além de esperada pelo mercado financeiro, a elevação em 1 ponto havia sido anunciada pelo Banco Central na reunião de janeiro.

Até o fim deste ano, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

TERCEIRA SEMANA

Balança tem superávit de US\$ 1,113 bilhão

FERNANDA TRISOTTO/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,113 bilhão na terceira semana de março. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 6,426 bilhões e importações de US\$ 5,313 bilhões.

No mês, o superávit acumulado é de US\$ 5,877 bilhões e, no ano, de US\$ 7,811 bilhões.

Até a terceira semana de março, a média diária das exportações registrou alta de 16%

em relação à média diária do mesmo mês de 2024.

O resultado se deu devido ao crescimento de US\$ 100,59 milhões (28,4%) em Agropecuária; recuo de US\$ 13,45 milhões (-4,2%) em Indústria Extrativa; e alta de US\$ 133,37 milhões (19,2%) em Indústria de Transformação.

Já as importações tiveram crescimento de 12,5% na mesma comparação, com alta de US\$ 9,08 milhões (38,7%) em Agropecuária; queda de US\$ 14,07 milhões (-20,0%) em Indústria Extrativa; e crescimento de US\$ 131,46 milhões (14,2%) em Indústria de Transformação.

INFLAÇÃO

Alckmin prega mudança no cálculo da Selic

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu, ontem, que o Banco Central (BC) desconsidere a inflação de alimentos e energia ao definir a taxa básica de juros, a Selic. A declaração vem após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic para 14,25% ao ano para conter a inflação.

Alckmin mencionou o exemplo do banco central dos Estados Unidos, que retira esses dois índices do cálculo dos juros

básicos da economia estadunidense. “Uma taxa de juros elevada, como a Selic, em 14,25% ao ano, ela atrapalha a economia, porque torna muito caro o custo de capital”, disse, em evento promovido pelo jornal *Valor Econômico*.

Para o presidente em exercício, os aumentos nos preços de alimentos e energia são impulsionados por fatores externos e de natureza pontual, como eventos climáticos adversos e tensões geopolíticas, como guerras.

STF

Dino cobra dados do governo sobre 'emendas Pix' destinadas ao 'Perse'

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino (foto) deu prazo de 30 dias para que os ministérios do Turismo, da Fazenda e da Saúde apresentem informações sobre “emendas Pix” destinadas ao setor de eventos e ao Sistema Único de Saúde (SUS) O ministro considerou que as informações apresentadas anteriormente estão incompletas e pediu a complementação.

No caso das pastas do Turismo e da Fazenda, Dino quer saber, por exemplo, quantas das

1219 “emendas Pix” cadastradas com a finalidade “Turismo” até 17 de março foram ou serão executadas por empresas contempladas pelo Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (Perse).

O ministro também cobrou se há, entre essas empresas, alguma que tenha sido multada ou desclassificada pela Receita Federal.

“A importância da apresentação de informações objetivas, precisas e completas sobre os itens questionados é reforçada com a publicação do relatório de acompanhamento do

Perse pelo Ministério da Fazenda em novembro de 2024. Tal relatório indica um total de 11.877 empresas habilitadas no Perse, entre janeiro e setembro de 2024, e um volume de isenção fiscal na ordem de R\$ 11,3 bilhões”, ressaltou o ministro.

Em relação às emendas da Saúde, o ministro cobrou a apresentação de um procedimento para verificar se os repasses estão respeitando critérios técnicos definidos pelo gestor federal do SUS, conforme decisão já proferida no ano passado.

LULA MARQUES/ABRASIL



Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



SERTÕES HOLDING S.A.

CNPJ/ME 45.932.052/0001-34

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no site www.V2Energia.com

Balancos patrimoniais - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	513	196	14.555	16.655
Contas a receber de clientes	5	-	-	3.505	7.690
Partes Relacionadas - Dividendos a receber	6	14.596	11.487	-	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	-	56.933	54.461
Outros ativos circulantes		17	46	645	1.388
Total do Ativo Circulante		15.126	11.729	75.638	80.194
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	-	661.463	614.407
Investimentos	8	428.275	389.823	-	-
Imobilizado		-	-	60	52
Outros ativos não circulantes		-	-	737	714
Total do Ativo Não Circulante		428.275	389.823	662.260	615.173
Total do Ativo		443.401	401.552	737.898	695.367
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	18	6	9.055	5.145
Empréstimos	10	-	-	14.437	13.952
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	10	1.239	1.174	1.239	1.174
Debêntures	11	-	-	2.612	1.915
Partes Relacionadas - Dividendos a pagar	6	9.978	-	9.978	-
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12	-	-	543	598
Outros passivos circulantes		-	-	1.027	1.154
Total Passivo Circulante		11.235	1.180	38.891	23.938
Não Circulante					
Empréstimos	10	-	-	188.884	196.194
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	10	120.000	120.000	120.000	120.000
Debêntures	11	-	-	35.463	35.719
Provisão contingente	13	-	-	688	741
Impostos Diferidos	12	-	-	41.806	38.403
Total Passivo Não Circulante		120.000	120.000	386.841	391.057
Patrimônio Líquido					
Capital social	14	225.057	225.057	225.057	225.057
Reserva de capital	14	36.012	36.012	36.012	36.012
Reserva de lucros	14	51.097	19.303	51.097	19.303
Total Patrimônio Líquido		312.166	280.372	312.166	280.372
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		443.401	401.552	737.898	695.367

Demonstrações dos resultados - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Receita Líquida	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	15	-	-	107.326	77.765
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	-	-	(24.007)	(3.611)
Resultado operacional bruto				83.319	74.154
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais		(192)	(202)	(536)	(1.833)
Amortização do ágio	8	(4.151)	(6.551)	(4.151)	(6.551)
Participação de equivalência patrimonial	8	61.459	48.789	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		57.116	42.036	78.632	65.770
Despesas financeiras	17	(14.357)	(17.060)	(33.866)	(40.350)
Receitas financeiras	17	13	22	2.174	3.123
Resultado financeiro líquido		(14.344)	(17.038)	(31.692)	(37.227)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		42.772	24.998	46.940	28.543
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	-	(2.611)	(3.081)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	-	(1.557)	(464)
Resultado líquido do exercício		42.772	24.998	42.772	24.998
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores				(2.683)	(222)
Acionistas não controladores				(275)	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Individuais e consolidadas)
Em 31/12/2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Sertões Holding S.A. ("Companhia") e "Sertões" é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de março de 2022 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1801 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior. A Sertões Holding S.A. foi constituída em março de 2022 com capital social inicial de R\$150,00, com o objetivo de viabilizar a aquisição da parcela remanescente da Lest Transmissora de Energia S.A. ("LEST"). Em 14 de novembro de 2022 se tornou acionista na Lest Transmissora de Energia S.A quando a companhia V2I Energia S.A. transferiu 88,32% das ações os quais detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia constituindo capital social de R\$210.055. Em 23 de dezembro de 2022, passou a deter 100% de participação acionária na LEST, aumentando assim o capital social para R\$290.137. 1.1. **Informações sobre a controlada - Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.** - A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Investida") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada Praia de Botafogo, 440, sala 1801 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. Em 2021 a V2I Energia S.A. era detentora de 100% do capital da Lest, e no dia 23 de dezembro de 2022 a Sertões Holding S.A. comprou as ações da LEST da V2I Energia S.A. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL e são descritas a seguir: **Concessão** - Em 24 de abril de 2017, a Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Investimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA. Em 11 de agosto de 2017, a investida assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos. As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada. **Receita Anual Permitida - RAP** - O investimento total previsto era de aproximadamente R\$324.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44.500 (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da ANEEL. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REID), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório nº 168. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019. A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020. **Encargos reguladores** - Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. 2. **Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OICPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024. 2.2. **Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: (a) **Contas a receber (ativo de concessão)** - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o exercício da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura. (b) **Avaliação de instrumentos financeiros** - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. (c) **Contrato de concessão** - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas. (d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos** - são registrados passivos relacionados aos impostos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. 3. **Principais práticas contábeis:** 3.1. **Caixa e equivalente de caixa** - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. 3.2. **Instrumentos financeiros - Ativos financeiros** - **Reconhecimento inicial e mensuração** - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em

Demonstrações dos resultados abrangentes - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Lucro líquido do exercício	Outros resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
42.772	24.998	42.772	24.998	42.772	24.998
Resultado abrangente do exercício		42.772	24.998	42.772	24.998

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Saldo em 01 janeiro 2023	Nota	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		225.057	160		3.085	292			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(160)	-	-	-	-	-	(160)
Lucro líquido/Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	24.998	24.998
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	2.101	-	(2.101)	-
Constituição de reserva de lucro		-	-	-	16.910	-	-	(16.910)	-
Distribuição de reserva de lucros		-	-	-	(3.085)	-	-	-	(3.085)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(5.987)	(5.987)
Saldo em 31 dezembro 2023		225.057	-	36.012	16.910	2.393	-	-	280.372
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	14	-	-	-	-	-	-	42.772	42.772
Constituição de reserva legal	14	-	-	-	-	2.854	-	(2.854)	-
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	-	29.940	-	-	(29.940)	-
Distribuição de reserva de lucros	14	-	-	-	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	-	-	(9.978)	(9.978)
Saldo em 31 dezembro 2024		225.057	-	36.012	45.850	5.247	-	-	312.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
42.772	24.998	46.940	28.543	
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
Depreciação - imobilizado	-	-	18	13
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	-	-	14.626	14.851
Juros, variações monetárias sobre debêntures	-	-	3.778	3.637
Juros sobre APR	14.312	17.014	14.312	17.014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	346	-
Provisão (reversão) de contingências	-	-	(53)	384
Receita diferida	-	-	-	(1)
Receita de construção	-	-	(21.977)	-
Remuneração dos ativos da concessão	-	-	(70.789)	(67.045)
Receita de O&M	-	-	(7.626)	(7.245)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	-	-	3.774	(2.423)
Fresh start	-	-	(15.644)	-
PIS e COFINS diferido	-	-	1.846	549
Amortização da mais valia/ágio	4.151	6.551	4.151	6.551
Equivalência Patrimonial	(61.459)	(48.789)	-	-
Lucro ajustado	(224)	(226)	(26.298)	(5.172)
Variáveis dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	3.839	(2.325)
Depósitos judiciais	-	-	(135)	-
Tributos a recuperar	-	-	356	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	-	-	58.583	61.667
Outros ativos	27	(44)	209	(1.223)
Contas a pagar	-	(10)	-	(3.342)
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	3.912	-
Outros passivos	-	(2)	(128)	327
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(185)	(282)	40.338	49.932
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(6)	(2.376)	(2.438)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(185)	(288)	37.962	47.494
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	15.749	26.818	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(160)	-	(160)
Aquisição de imobilizado	-	-	(26)	(32)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	15.749	26.658	(26)	(192)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(1.000)	(10.460)	(1.000)	(10.460)
Pagamento de empréstimos	-	-	(6.673)	(5.879)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(14.779)	(15.283)
Pagamento de debêntures	-	-	(1.350)	(559)
Juros pagos de debêntures	-	-	(1.987)	(1.947)
Juros pagos APR	(14.247)	(15.840)	(14.247)	(15.840)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(15.247)</			



SERTÕES HOLDING S.A.

CNPJ/ME 45.932.052/0001-34

em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento**: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual** - Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm suas infraestruturas de transmissão disponíveis para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.5. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: I - Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores. **3.6. Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor

recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. **3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.11. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual. **3.12. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social** - a) Correntes - O imposto de renda é apurado sobre a base presumida na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida reconhecida pelo regime de competência. b) Diferidos - Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.14. Impostos sobre a receita - Impostos sobre serviços** - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.15. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque seus custos da obtenção de recursos financeiros. **3.16. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024 - 3.16.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024** - Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

3.16.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) - Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia. **3.17. Outras considerações sobre os valores correspondentes** - Certos valores correspondentes da Demonstração de Fluxo de Caixa referentes a 31 de dezembro de 2023, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados em função do seguinte item: (a) Reclassificação para melhor apresentação:

	Nota	31/12/2023 Divulgado	Ajuste	31/12/2023 Reclassificado
Receita diferida	(a)	15.046	(15.046)	-
Remuneração dos ativos da concessão	(a)	-	67.045	(67.045)
Receita de O&M	(a)	-	7.245	(7.245)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(a)	-	2.423	(2.423)
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	-	(61.667)	61.667
Caixa gerado pelas atividades operacionais		15.046	-	(15.046)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.046	-	(15.046)

Diretoria Executiva
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca Diretora
Vagner Alexandre Serratto Diretor
Responsável técnico pelas demonstrações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Sertões Holding S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sertões Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
 CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
 Contador CRC - RJ093771/O

Economia

Economia brasileira: país termina 2024 como 10ª maior economia do mundo

O PIB do Brasil cresceu 3,4% em 2024, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o crescimento, o país voltou ao top 10 das maiores economias do mundo no décimo lugar, segundo um levantamento da agência de risco Austin Rating.

Apesar de parecer promissor, essa posição representa uma queda com relação ao ano anterior. Em 2023, o Brasil ocupava o 9º lugar, quando o PIB do país teve um desempenho moderado, com crescimento estimado em torno de 2,5% a 3%, impulsionado pelo consumo interno e pelo setor agrícola. Mas no último ano, foi ultrapassado pelo Canadá.

Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atingiu US\$ 2,179 trilhões em 2024. Mas quem explica a movimentação do PIB é Alexandre Espírito Santo, Economista-Chefe da Way Investimentos e coordenador de

Economia e Finanças da ESPM.

Segundo ele, desde o final da pandemia, o Brasil vem se destacando em produzir resultados significativos de PIB. "No acumulado, crescemos pouco mais de 15% em 4 anos, o que é bastante bom. O problema é que em momentos de crescimento forte, como esses, o Banco Central, por ter uma meta de inflação audaciosa para entregar para a sociedade (3%), precisa subir as taxas de juros, criando um vetor antagônico, que interrompe a velocidade", pontua.

Por isso, o economista pontua a importância de fazer pesados investimentos em infraestrutura e educação, que segundo ele "melhora a qualidade do gasto público, com reformas e compromisso com uma política fiscal austera".

No ranking de crescimento, o Brasil ficou na 19ª posição, junto da Nigéria. Esse crescimento, segundo o IBGE, foi puxado especialmente pela alta dos seto-



Alexandre Espírito Santo, Economista-Chefe da Way Investimentos e coordenador de Economia e Finanças da ESPM

res de Serviços (3,7%) e Indústria (3,3%). Além disso, setores como o Agronegócio e a Indústria de Energia, especialmente petróleo e renováveis, conti-

nuam sendo motores importantes para a economia.

Assim como a área de Tecnologia, que também se destaca quando o assunto é impacto na

Economia, a partir do investimento em infraestrutura e inovação tecnológica, como o uso da Inteligência Artificial. Mas no Brasil, essa movimentação ainda é lenta demais, segundo Alexandre.

"Nosso processo aqui ainda é tímido. Nossas empresas ainda são carentes de projetos mais robustos. No governo anterior, fizemos várias micro reformas que ajudaram a longo prazo e foram muito positivas. No governo atual, por exemplo, temos a proposta de depreciação acelerada, para renovar o parque industrial brasileiro, com benefícios fiscais às empresas para a aquisição de novas máquinas e equipamentos que possam melhorar a produtividade. Mas ainda é pouco, na minha visão".

Ao falar do PIB brasileiro em 2024, o economista também explica o impacto das exportações e das parcerias comerciais internacionais na economia brasileira no último ano.

"Infelizmente, a corrente de

comércio do Brasil (exportações e importações comparadas ao comércio internacional) ainda é muito baixa, em torno de 3%. Para um país importante como o nosso, produtor de commodities agrícolas, minério e petróleo, é pouco significativo", diz o economista.

O desafio atual reside na transformação da ordem econômica global, marcada pelo enfraquecimento da globalização. Nesse cenário, seria esperado que as parcerias entre países se intensificam, inclusive por meio de blocos econômicos, como a União Europeia. No entanto, é importante observar como as políticas comerciais de Donald Trump, que têm se caracterizado pela imposição de tarifas a diversos países, evoluíram no futuro. Somente com o desenrolar dessas ações, o economista sinaliza que será possível ter uma visão mais clara e precisa do rumo que a economia global tomará.

DIVULGAÇÃO



MONTE PASCOAL HOLDING S.A.

CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no site www.V2IEnergia.com

Balancos patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	550	2.564	1.693	15.071
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.357	9.288
Tributos a recuperar		352	285	1.111	999
Outros ativos circulantes		-	42	1.540	1.418
Total do Ativo Circulante		902	2.891	11.701	26.776
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	4.125	14.386
Depósitos judiciais e cauções		-	-	1.994	838
Impostos Diferidos		-	-	15	505
Investimentos	8	279.267	284.054	-	-
Imobilizado	9	-	-	287.257	288.837
Intangíveis		-	-	58	80
Direito de uso	7	-	-	6.834	7.490
Total do Ativo Não Circulante		279.267	284.054	300.283	312.136
Total do Ativo		280.169	286.945	311.984	338.912
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	-	-	2.279	1.542
Contas a pagar	10	-	-	221	7.494
Empréstimos	11	-	-	12.334	14.367
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	11	21.741	10.221	21.741	10.221
Dividendos a pagar	12	1.500	-	1.500	-
Passivo de arrendamento	7	-	-	496	393
Outros passivos circulantes		-	-	473	518
Total Passivo Circulante		23.259	10.222	39.044	34.535
Não Circulante					
Fornecedores	11	-	-	2.566	2.566
Empréstimos		-	-	5.563	16.690
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	11	122.968	143.260	122.968	143.260
Passivo de arrendamento	7	-	-	7.901	8.398
Total Passivo Não Circulante		122.968	143.260	138.998	170.914
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		280.169	286.945	311.984	338.912

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Receita Líquida	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	-	-	70.721	70.433
Resultado operacional bruto		-	-	(17.418)	(16.519)
Despesas e receitas operacionais		-	-	53.303	53.914
Outras despesas e receitas operacionais		(197)	(375)	(250)	(1.100)
Amortização do ágio	8	(3.280)	167	(3.280)	167
Participação de equivalência patrimonial	8	50.193	49.916	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		46.716	49.708	49.773	52.981
Despesas financeiras	18	(17.472)	(21.331)	(20.277)	(25.073)
Receitas financeiras	18	235	820	3.251	4.905
Resultado financeiro líquido		(17.237)	(20.511)	(17.026)	(20.168)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		29.479	29.197	32.747	32.813
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	-	(3.044)	(3.465)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(224)	(151)
Resultado líquido do exercício		29.479	29.197	29.479	29.197
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	29.479	29.197
Acionistas não controladores		-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Monte Pascoal Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). A Monte Pascoal Holding S.A. foi constituída em novembro de 2021 com capital social inicial de R\$150.000. Em 07 de janeiro de 2022, a companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$164.000 custeadas junto à Itaú Corretora de Valores S.A. que foram destinadas integralmente para o pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas. Em 26 de Janeiro de 2023, a companhia Enerbrás Centrais Elétricas S/A foi incorporada pela companhia Monte Pascoal Holding S/A que por sua vez é uma controlada integral da V2I Energia S.A. A Companhia em 2024 apresenta capital circulante negativo por consequência das estratégias de financiamento adotadas pela empresa e das condições de mercado. Reconhece a importância de manter uma estrutura de capital saudável e está implementado medidas para gerar caixa e melhorar o CCL, como otimização de Eficiência Operacional e Gestão de Capital de Giro. Contudo, a Administração está confiante de que, com a implementação dessas medidas, será capaz de gerar caixa suficiente para melhorar o CCL e manter uma estrutura de capital saudável a longo prazo.

1.1. Informações sobre a controlada - Energética Serra da Prata S/A - A Energética Serra da Prata S.A. ("Espra" ou "Companhia"), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada. A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

2. Apresentação das demonstrações contábeis:

2.1. Declaração de Conformidade - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis:

3.1. Caixa e equivalente de caixa - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros *Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia o valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Resultado do exercício	Notas	Controladora		Consolidada	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Lucros líquidos do exercício		29.479	29.197	29.479	29.197

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Saldo em 01 janeiro 2023	Nota	Reserva de lucros		Reserva legal	Lucros/Prejuízo do Exercício	Total
		Reserva de lucros	Reserva legal			
Lucro líquido/Prejuízo do exercício		657	140	-	-	125.265
Constituição de reserva legal		-	-	2.523	-	(2.523)
Constituição de reserva de lucro		6.332	-	-	-	(6.332)
Distribuição de reserva de lucros		(657)	-	-	-	(657)
Dividendos propostos		-	-	-	(20.342)	(20.342)
Saldos em 31 dezembro 2023		124.468	6.332	2.663	-	133.463
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	15	-	-	-	29.479	29.479
Constituição de reserva legal	15	-	-	2.345	-	(2.345)
Constituição de reserva de lucro	15	-	-	4.466	-	(4.466)
Distribuição de reserva de lucros	15	-	-	(6.332)	-	(6.332)
Dividendos mínimos propostos	15	-	-	-	(6.783)	(6.783)
Dividendos adicionais aprovados (i)	15	-	-	-	(15.885)	(15.885)
Saldos em 31 dezembro 2024		124.468	4.466	5.008	-	133.942

(i) Dividendos adicionais que já foram pagos durante o exercício deliberados da Assembleia Geral via dividendos intercalares.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:					
Depreciação - imobilizado		-	-	5.483	5.496
Depreciação - arrendamento		-	-	656	657
Amortização - intangível		-	-	21	24
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		-	-	1.752	2.766
Juros - arrendamento		-	-	1.003	127
Juros sobre APR		17.428	21.262	17.428	21.262
Baixa de Imobilizado		-	-	(2)	-
PIS e COFINS diferido		-	-	(224)	179
Amortização da mais valia/ágio		3.282	(167)	3.280	(167)
Equivalência Patrimonial		(50.193)	(49.916)	-	-
Rendimento sobre aplicação financeira		-	(5)	(1.295)	(1.704)
Lucro ajustado		(4)	371	60.849	61.453

Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Variações dos Ativos e Passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	1.931	(1.011)
Depósitos judiciais		-	-	(1.156)	(30)
Adiantamentos		-	(42)	(165)	(100)
Tributos a recuperar		(67)	(180)	(769)	(2.453)
Ativo fiscal diferido		-	-	490	-
Outros ativos		40	-	43	-
Contas a pagar		-	-	(7.273)	(4.918)
Fornecedores e outras contas a pagar		18	(6)	745	(214)
Impostos corrente a pagar		-	(4)	-	(4)
Outros passivos		(1)	-	(28)	108
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(14)	139	54.667	52.831
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.406)	(2.287)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(14)	139	52.261	50.544
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado		-	-	(7.186)	(7.286)
Dividendos recebidos		51.700	29.842	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	5	11.556	1.133
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		51.700	29.847	4.370	(6.153)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		(27.500)	(21.000)	(27.500)	(21.000)
Pagamento de empréstimos		-	-	(12.055)	(10.199)
Juros pagos de empréstimos		-	-	(2.857)	(3.270)
Obrigações por arrendamentos		-	-	(1.397)	(1.397)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		-	(82)	-	(82)
Juros pagos APR		(17.460)	(19.781)	(17.460)	(19.781)
Pagamento da remuneração das APR		(8.740)	-	(8.740)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(53.700)	(40.863)	(70.009)	(55.729)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.014)	(10.877)	(13.378)	(11.338)
Varição do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		2.564	3.327	15.071	26.627
Caixa na aquisição de investimento		-	10.114	-	(218)
No final do período		550	2.564	1.693	15.071
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.014)	(10.877)	(13.378)	(11.338)

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração



MONTE PASCOAL HOLDING S.A.

CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **3.8. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da Lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 25% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas: i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores. **3.9. Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.11. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.13. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. **3.14. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.15. Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e

são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. **3.16. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.17. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024 - 3.17.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024** - Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

3.17.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) - Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

Diretoria Executiva	
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca Diretora	Vagner Alexandre Serratto Diretor
Responsável técnico pelas demonstrações contábeis Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Monte Pascoal Holding S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Pascoal Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditor Independente S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Rio de Janeiro

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Manhã ☁️

Tarde ☁️

Noite ☁️

34°

24°

75%

06:00 18:02

Culturas

RJ garante pagamento de R\$ 65 mi em projetos da lei Aldir Blanc

O Governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (Secrecj), publicou ontem, em Diário Oficial, o resultado final de cinco editais que integram o pacote de investimentos da Política Nacional Aldir Blanc (Pnab). Com a premiação de aproximadamente 700 projetos, as chamadas públicas destinadas à cultura fluminense somam R\$ 65 milhões. "O RJ vem colecionando recordes de investimentos e de resultados, seja no Turismo, no Esporte e, em especial, na Cultura. Descentralizar as aplicações desses recursos e levar conhecimento aos 92 municípios é motivo de muito orgulho. Somos um estado que valoriza a identidade cultural do nosso povo", ressalta o governador Cláudio Castro.

O pacote contempla os editais "Nossos Museus", "Fluxos Fluminenses", "Fomenta Festival", "Reviver Memórias" e "Territórios em Foco". Os recursos provenientes da Pnab já estão garantidos, assegurando o pagamento integral aos vencedores do processo seletivo.

"Apesar da triste notícia que tivemos na última semana, sobre o corte de 85% no orçamento da Política Nacional Aldir Blanc, é importante ressaltar que os projetos contemplados e selecionados no Estado do Rio estão com seus recursos assegurados e todos serão pagos. Vamos trabalhar em conjunto com os deputados e senadores para reverter esta decisão, buscando a continuidade deste investimento tão importante para o setor cultural", explica a Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, Danielle Barros.

As listas dos projetos vencedores são encontradas no Diário Oficial, através do link <https://portal.ioerj.com.br/>, ou

no site da Secrecj em <http://cultura.rj.gov.br/>.

CONHEÇA OS EDITAIS

-No Fomenta Festival, os projetos devem apresentar um conjunto de ações presenciais de difusão artístico-cultural para público amplo, com ou sem cobrança de ingressos, com caráter competitivo ou não, em um período determinado de tempo, e que promovam, comprovadamente, o desenvolvimento cultural e a ativação da economia criativa regional ou local. O evento pode prever apresentações, performances, exposições, shows, oficinas, instalações, exhibições e/ou debates, nas diversas linguagens artísticas, entre outras atividades que proporcionem um espaço de difusão e formação da temática abordada.

- O edital tem investimento de R\$21 milhões e é dividido entre três categorias, sendo uma para festivais inéditos, com 40 vagas; outra para festivais com no mínimo uma edição, também 40 oportunidades; e a última para festivais com no mínimo 12 edições, disponibilizando 12 vagas.

- Já o Fluxos Fluminenses é uma chamada pública de caráter mais amplo, voltado para propostas culturais de formação, capacitação, produção ou circulação de diferentes segmentos artísticos, também com fomento de R\$ 21 milhões no total, dividido entre três categorias: formação e capacitação, com 60 vagas; ações de produção, com 120 oportunidades; e ações de circulação, que vai contemplar outros 120 propoentes.

- A chamada Territórios em Foco está investindo R\$ 11 milhões na cultura fluminense, através do patrocínio a 200 projetos diferentes, em duas categorias.

AÇO BRASIL

RJ produz 811 mil toneladas de aço bruto em fevereiro

O Rio de Janeiro produziu, em fevereiro, 811 mil toneladas de aço bruto, registrando um crescimento de 4,6% em relação à produção do mesmo mês do ano passado. O estado foi responsável por 29,8% da produção nacional de aço, no mês. Os dados são do Instituto Aço Brasil, que representa as empresas brasileiras produtoras de aço.

"O crescimento na produção de aço bruto em nosso estado demonstra a força da nossa indústria e a importância de seguirmos

trabalhando para fortalecer a economia do Rio. Estamos reconquistando o protagonismo nacional, fazendo com que o estado ocupe posições cada vez melhores, atraindo ainda mais oportunidades de trabalho e renda ao povo fluminense", afirmou o governador Cláudio Castro.

No acumulado do ano, de janeiro a fevereiro, o RJ acumula 1,6 milhão de toneladas, alta de 7,2% em relação ao mesmo período no ano passado, representando 29,5% da produção nacional.

"Em fevereiro, nas duas comparações, mensal e anual, tivemos resultados percentuais de crescimento acima de Minas Gerais, principal produtor nacional de aço", destaca a secretária interina de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Fernanda Curdi.

Em 2024, o Rio de Janeiro produziu 8,8 milhões de toneladas de aço. Um crescimento de 2,4% em relação à produção de 2023, consolidando o estado como o segundo maior produtor

do país: foi responsável por 26,2% da produção nacional, atrás apenas de Minas Gerais.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, em fevereiro de 2025 a produção brasileira de aço bruto foi de 2,7 milhões de toneladas, uma queda de 1,6% frente ao apurado no mesmo mês de 2024. No acumulado do ano, a produção brasileira de aço bruto foi de 5,5 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 0,9% frente ao mesmo período do ano anterior.

DOENÇA

Rio faz ação de mobilização de vacinação contra sarampo

CRISTINA INDI DO BRASIL/ABRASIL

O Rio de Janeiro faz uma mobilização contra o sarampo na cidade. Para facilitar o acesso da população carioca à vacina, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) leva o imunizante a locais com grande circulação de público. De segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, vai ser possível se vacinar no Terminal Gentileza, região portuária da capital, onde o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz estará presente, e no Aeroporto Santos Dumont, região central. Na Central do Brasil, outro local de grande movimentação, a vacinação será na terça e na quinta-feira, no mesmo horário.

De acordo com a SMS, o sarampo "é uma doença febril aguda, altamente transmissível, que pode acometer pessoas em qualquer faixa etária". A transmissão

é por contato direto, pessoa a pessoa, por meio de gotículas de secreções expelidas ao falar, tossir ou espirrar. "O contágio também ocorre por dispersão de gotículas com partículas virais no ar, em ambientes fechados como, por exemplo, escolas, creches e clínicas", completou a secretária em nota. Até agora, em 2025, a capital do Rio não registrou casos da doença, ao contrário de cidades vizinhas, como São João do Meriti, onde já houve casos recentes. "O objetivo é garantir o esquema vacinal contra o sarampo para adultos de 18 a 59 anos que não estejam imunizados, ou para os que fazem parte da faixa etária de até 29 anos que tenham recebido apenas uma dose, de modo a completar seu esquema vacinal com a segunda dose", informou.

Conforme a secretária, a vacina contra o sarampo está disponível para crianças e adultos em

todas as 239 unidades de Atenção Primária do município, como clínicas da família e centros municipais de saúde. Além disso, a população pode se dirigir ao Super Centro Carioca de Vacinação, em Botafogo, na zona sul da cidade, onde o atendimento é em todos os dias da semana, das 8h às 22h. Já no Super Centro Carioca de Vacinação unidade Campo Grande, na zona oeste, localizado no ParkShopping-CampoGrande, embora o funcionamento seja diário, o horário acompanha o de funcionamento do centro comercial.

ESTADO

No sábado passado, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), em parceria com o Ministério da Saúde e o município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, fizeram um dia de campanha para aplicação da vacina contra o saram-

po. Além disso, promoveu uma busca ativa por casos suspeitos da doença. O município registrou na semana passada, dois casos confirmados. "O sarampo já foi erradicado no país, mas casos pontuais da doença podem ser registrados", completou a SES em nota.

Segundo a SES-RJ, desde a confirmação desses casos tem tomado medidas junto ao Ministério da Saúde e ao município para evitar a transmissão do vírus. Cerca de 40 equipes de profissionais de saúde participaram neste sábado da busca ativa por casos. O trabalho incluiu a aplicação de duas mil doses da vacina, rua por rua, no entorno da residência onde os casos foram constatados.

A prioridade da busca ativa, de acordo com a pasta, era o público de 9 meses a 59 anos de idade que não estava vacinado. Já a dose zero, se houvesse necessidade, era aplicada em crianças de 9 a 11 meses. Menores de 12 meses não vacinados receberam a primeira dose durante a ação.

Na sexta-feira, as equipes de Vigilância Epidemiológica e Atenção Primária à Saúde do estado realizaram capacitação de profissionais de saúde para participarem da mobilização.



COQUEIROS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.242.700/0001-46

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2025/>

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		310	222	Fornecedores		13	2.882
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	2.820	3.917	Financiamento		14	-
Concessionárias e permissionárias	9	1.068	1.049	Salários e encargos a pagar			293
Ativo de contrato	10	7.902	7.159	Impostos e contribuições a recolher			851
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	578	1.033	Pis e Cofins diferidos	15		685
Outros impostos e contribuições a recuperar		280	350	Outros passivos			374
Seguros	12	447	55	Total do passivo circulante			5.085
Outros ativos		995	911	Pis e Cofins diferidos	15		8.813
Total do ativo circulante		14.400	14.696	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16		25.328
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	-	601	Total do passivo não circulante			34.141
Ativo de contrato	10	98.228	57.354	Total dos passivos			39.226
Total do realizável a longo prazo		98.228	57.955	Capital social	18 (a)		76.000
Imobilizado		1.302	1.316	Prejuízos acumulados	18 (b)		(1.296)
Total do imobilizado		1.302	1.316	Total do patrimônio líquido			74.704
Total do ativo não circulante		99.530	59.271				
Total do ativo		113.930	73.967	Total do passivo e patrimônio líquido			113.930

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado abrangente			
	Nota	Subscrito	Capital Social A Integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido		Nota
Saldo em 31 de dezembro de 2022			66.000	(22.472)	43.528		
Lucro líquido do exercício			-	4.530	4.530		
Saldo em 31 de dezembro de 2023			66.000	(17.942)	48.058		
Subscrição de capital em 24 de outubro de 2024	18 (a)	75.000	(75.000)	-	-		
Integralização de capital em 8 de novembro de 2024	18 (a)	-	10.000	-	10.000		
Lucro líquido do exercício			-	16.646	16.646		
Saldo em 31 de dezembro de 2024			141.000	(1.296)	74.704		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Coqueiros Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Cielo").

1.1 Contrato de concessão - (a) Contrato de concessão N° 19/2008 - O contrato de concessão N° 19/2008 teve como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção da linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 23 km, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Itaguaçu, localizadas respectivamente nos Estados de Minas Gerais e Goiás; (ii) pela linha de transmissão em 230 kV, circuito simples com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Itaguaçu e término na Subestação Barra dos Coqueiros, ambas no Estado de Goiás e pelas Subestações Itaguaçu em 500/230 kV (675 MVA) e Subestação Barra dos Coqueiros 230 kV; (iii) entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 16 de outubro de 2008 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em outubro de 2038. A Companhia entrou em operação comercial em 5 de dezembro de 2010. (b) **Contrato de concessão N° 03/2024 -** No dia 15 de dezembro de 2023 a Companhia foi vencedora do Leilão de Transmissão n° 2/2023 ("Lote 3") realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para tal, a Companhia ofereceu uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 101.200, o que resultou em deságio de 42,39% em relação ao preço inicial ofertado, de R\$ 175.670. O contrato de concessão N° 03/2024 tem como objetivo (i) implantação de linha de transmissão (LT) 500kV Marimbondo II - Campinas C1-Simples. Localizada nos Estados de Minas Gerais e São Paulo; (ii) entradas de linha, Inteligências de Barramentos, Equipamentos de Compensação de Reativos e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 3 de abril de 2024 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em abril de 2054. Conforme estipulado no contrato, o prazo para entrada em operação é março de 2029.

1.2 Receita Anual Permitida - A Resolução Homologatória (RH) n° 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 10.510 (RH n° 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 9.549 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 10,07%, decorrente do reajuste da inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e do processo de revisão tarifária periódica. **1.3 Revisão Tarifária Periódica -** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2014-2015, a segunda no ciclo 2019-2020 e a terceira ocorreu 2024-2025 e as próximas revisões estão previstas para os ciclos 2029-2030 e 2034-2035.

2 Base de preparação: Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **3.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante -** Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia de financiamento. **3.2 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração -** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os

novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) **Custo amortizado -** Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) **VJR -** Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) **Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **3.3 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. **Reconhecimento de receita de construção -** Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção de 39% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. **Reconhecimento da receita de operação e manutenção -** Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. **Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido -** Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 10% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		16.646	4.530
Lucro líquido do exercício		16.646	4.530
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.373	1.561
- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.174	714
- Provisão para perda de crédito esperada	9	121	-
- Pis e Cofins diferidos		3.814	42
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(447)	(372)
- Juros e correção monetária sobre financiamento		27	183
- Depreciação		14	-
- Efeito da revisão tarifária periódica	10	(3.679)	-
- Ativo de contrato - remuneração	10	(7.935)	(7.707)
- Ativo de contrato - construção	10	(37.378)	-
		(20.270)	(1.049)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	9	(140)	(10)
- Ativo de contrato	10	7.375	6.907
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		455	127
- Impostos e contribuições a recuperar		70	-
- Seguros		(392)	14
- Outros ativos		(84)	143
- Fornecedores		2.769	(57)
- Impostos e contribuições a recolher		175	(271)
- Salários a pagar		37	(26)
- Outros passivos		(50)	(179)
Caixa (utilizado) gerado pelas atividades operacionais		(10.055)	5.599
Impostos pagos sobre o lucro		(918)	(472)
Financiamentos - pagamento de juros	14	(30)	(169)
Caixa líquido (utilizado) gerado das atividades operacionais		(11.003)	4.958
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(19.018)	(8.804)
Títulos e valores mobiliários - resgate		21.163	7.261
Caixa gerado (utilizado) das atividades de investimento		2.145	(1.543)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	18 (a)	10.000	-
Pagamento de dividendos	23 (c)	-	(1.429)
Financiamentos - pagamento de principal	14	(1.054)	(1.796)
Caixa líquido gerado (utilizado) das atividades de financiamento		8.946	(3.225)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		88	190
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		222	32
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		310	222

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		16.646	4.530
Lucro líquido do exercício		16.646	4.530
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.373	1.561
- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.174	714
- Provisão para perda de crédito esperada	9	121	-
- Pis e Cofins diferidos		3.814	42
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(447)	(372)
- Juros e correção monetária sobre financiamento		27	183
- Depreciação		14	-
- Efeito da revisão tarifária periódica	10	(3.679)	-
- Ativo de contrato - remuneração	10	(7.935)	(7.707)
- Ativo de contrato - construção	10	(37.378)	-
		(20.270)	(1.049)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	9	(140)	(10)
- Ativo de contrato	10	7.375	6.907
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		455	127
- Impostos e contribuições a recuperar		70	-
- Seguros		(392)	14
- Outros ativos		(84)	143
- Fornecedores		2.769	(57)
- Impostos e contribuições a recolher		175	(271)
- Salários a pagar		37	(26)
- Outros passivos		(50)	(179)
Caixa (utilizado) gerado pelas atividades operacionais		(10.055)	5.599
Impostos pagos sobre o lucro		(918)	(472)
Financiamentos - pagamento de juros	14	(30)	(169)
Caixa líquido (utilizado) gerado das atividades operacionais		(11.003)	4.958
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(19.018)	(8.804)
Títulos e valores mobiliários - resgate		21.163	7.261
Caixa gerado (utilizado) das atividades de investimento		2.145	(1.543)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	18 (a)	10.000	-
Pagamento de dividendos	23 (c)	-	(1.429)
Financiamentos - pagamento de principal	14	(1.054)	(1.796)
Caixa líquido gerado (utilizado) das atividades de financiamento		8.946	(3.225)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		88	190
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		222	32
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		310	222

imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) **Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		16.646	4.530
Lucro líquido do exercício		16.646	4.530
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.373	1.561
- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.174	714
- Provisão para perda de crédito esperada	9	121	-
- Pis e Cofins diferidos		3.814	42
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(447)	(372)
- Juros e correção monetária sobre financiamento		27	183
- Depreciação		14	-
- Efeito da revisão tarifária periódica	10	(3.679)	-
- Ativo de contrato - remuneração	10	(7.935)	(7.707)
- Ativo de contrato - construção	10	(37.378)	-
		(20.270)	(1.049)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	9	(140)	(10)
- Ativo de contrato	10	7.375	6.907
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		455	127
- Impostos e contribuições a recuperar		70	-
- Seguros		(392)	14
- Outros ativos		(84)	143
- Fornecedores		2.769	(57)
- Impostos e contribuições a recolher			

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.762.124/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.s.as, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia, no exercício não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa nem programas de racionalização de custos, bem como qualquer reorganização societária que influenciasse e/ou modificasse os planos operacionais e estratégicos. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos no exercício poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e notas explicativas. Colocamo-nos à disposição de V.S.as, para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – BKR - Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Betapart Participações S.A. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025. Betapart Participações S.A.

Balanco Patrimonial - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares reais)			
Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	440	538
Tributos a recuperar	5	18	21
		458	559
		458	559
Passivo e Patrimônio Líquido:			
Patrimônio líquido:	6		
Capital social		726	726
Prejuízos acumulados		(268)	(167)
		458	559
		458	559

Demonstração do Resultado			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023			
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por ação - em R\$)			
Nota	31.12.2024	31.12.2023	
Receitas (Despesas) operacionais:			
Despesas administrativas	8	(112)	(104)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(16)	(16)
Despesas com impostos e taxas diversas		(21)	(22)
Outras receitas operacionais		-	14
Resultado antes do resultado financeiro		(149)	(128)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	48	73
Prejuízo do período		(101)	(55)
Prejuízo básico e diluído por ação	6.c	(0,03655)	(0,01997)
Quantidade média ponderada de ações	6.c	2.761.620	2.761.620

Demonstração do Resultado Abrangente			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Nota	31.12.2024	31.12.2023	
Prejuízo do exercício		(101)	(55)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(101)	(55)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	726	(112)	614
Prejuízo do exercício	-	(55)	(55)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	726	(167)	559
Prejuízo do exercício	-	(101)	(101)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	726	(268)	458

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Nota	31.12.2024	31.12.2023	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(101)	(55)
Redução (aumento) de ativos:			
Tributos a recuperar		3	(7)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(98)	(62)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	538	600
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	440	538
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(98)	(62)

Demonstração do Valor Adicionado			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Nota	31.12.2024	31.12.2023	
Insumo adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(128)	(120)
Valor adicionado bruto		(128)	(120)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		48	73
Outras receitas operacionais		-	14
Valor adicionado total a distribuir		(80)	(33)
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições Federais		21	22
Estaduais		18	-
Remuneração de capitais próprios		3	22
Prejuízo do exercício		(101)	(55)
		(80)	(33)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: A Betapart Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários e, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - (a) Declaração de conformidade - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações, e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Assim como, estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados

no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outros assuntos - **Demonstração do valor adicionado** - A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - As demonstrações contábeis da Betapart Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 07 de fevereiro de 2024, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de fevereiro de 2025. **b. Base de mensuração** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às Demonstrações Contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Pronunciamentos emitidos e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas, para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos Financeiros - (i) Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 4. **(ii) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iii) Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(v) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidência para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme nota explicativa 5. **d) Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto que a CSLL é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, quando aplicável. **e) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período, conforme nota explicativa 6c. **f) Demonstração do valor adicionado** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **g) Demonstração dos fluxos de caixa** - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média foi de 91% do CDI (102% em 31 de dezembro de 2023). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Adminstrador	Quant. de Cotas	Valor	Quant. de Cotas	Valor
Opportunity		BNY Mellon	62.703	426	85.900	527
Top DI FIC FIRF	1	Banco Itaú				
Itaú Top DI FIC FI Ref.	1	Itaú	1.919	14	1.573	10
				440		537

5 - Tributos a Recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ 2024		8
IRPJ 2023		10
IRPJ 2022		11
		18
		21

6 - Patrimônio Líquido: (a) **Capital social** - O capital social subscrito e integralizado está representado por 2.761.620 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão em Assembleia, até o limite de R\$10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. **b) Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2024, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação** - Conforme requerido pelo CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do período	Quantidade de ações	Resultado por ação
31/12/2023	(55)	2.761.620	(0,01997)
31/12/2024	(101)	2.761.620	(0,03655)

7 - Partes Relacionadas: A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício. **8 - Despesas Administrativas:** Está representado pelo montante de R\$54 (R\$53 em dezembro de 2023) referente as despesas com anuidade da B3 S.A, despesas com publicações R\$23 (R\$20 em dezembro de 2023), despesas com serviço jurídico R\$5 e com serviços de auditoria externa R\$30 (R\$31 em dezembro de 2023). **9 - Receitas Financeiras:** Representado pelo montante de R\$48 (R\$73 em dezembro de 2023) referentes ao rendimento de aplicações financeiras. **10 - Estrutura do Gerenciamento de Risco:** A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros e taxa de câmbio** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Riscos Fiscais** - As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI (*)	14,75%	11,06%	7,38%

Aplicações financeiras R\$440 em 31 de dezembro de 2024 - 65 49 32

(*) Relatório Focus – Bacen. **11 - Cobertura de Seguros (não auditado):** Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

DIRETORIA

Norberto Aguiar Tomaz Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim
 Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0 Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025.

▲ **BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5**
 Independent Member of - BKR International
 Mário Vieira Lopes Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0
 Marcio Alves Gonçalves Marçal Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

Diário do
Acionista

publicidade@diariodoacionista.com.br

Tels.: (21)

99122-4278

Tels.: (11)

2655-1899



SAAM TOWAGE Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



Custo	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Arrendamento (nota 17a)	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023
Embarcações	1.623.914	993.882	(29.793)	14.803	-	(163.963)	2.438.843
Docagem (a)	81.657	-	(18.701)	32.573	-	(13.382)	82.147
Manutenção maior	57.781	-	(5.903)	3.774	-	(6.416)	49.236
Equipamentos de comunicação	-	-	-	2.003	-	(8)	1.995
Móveis	699	338	(69)	45	-	(69)	944
Máquinas e equipamentos	1.482	241	(103)	-	-	(51)	1.569
Hardware	4.492	802	(272)	-	-	139	5.161
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.946	346	(143)	-	-	364	2.513
Peças e sobressalentes	3.517	-	(1.277)	1.914	-	(688)	3.466
Imóveis	3.078	-	-	(780)	-	(1.146)	1.152
Veículos	14.748	-	-	-	13.510	(1.336)	26.922
Outros	1.598	-	-	-	1.268	(33)	2.833
Imobilizado em andamento:	230	-	(12)	-	-	(20)	198
Embarcações	809	13.700	-	(14.023)	-	27	513
Docagem	9.914	45.659	-	(34.576)	-	(392)	20.605
Manutenção maior	1.331	20.564	-	(3.774)	-	(237)	17.884
Benfeitorias em imóveis de terceiros	31	2.039	-	(1.914)	-	(1)	155
Outros	-	45	-	(45)	-	-	-
	1.807.227	1.077.616 (d)	(56.273)	-	14.778	(187.212)	2.656.136

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Arrendamento (nota 18a)	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2022
Embarcações (b)	4%	(729.169)	(63.298)	24.511	(17.699)	36.276	(749.379)
Docagem (a)	20% - 40%	(52.589)	(14.730)	17.223	-	9.942	(40.154)
Manutenção maior	20% - 22,22%	(47.528)	(4.170)	5.500	-	4.795	(41.403)
Equipamentos de comunicação	20%	(266)	(174)	28	-	30	(382)
Móveis	10%	(976)	(104)	84	-	(59)	(1.055)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(2.484)	(381)	168	-	(368)	(3.065)
Hardware	20%	(412)	(431)	113	-	(446)	(1.176)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(3.517)	(97)	1.277	-	691	(1.646)
Imóveis	-	(245)	-	-	(3.451)	302	(3.394)
Veículos	-	(26)	-	-	(26)	4	(48)
Outros	-	(63)	(5)	2	-	3	(63)
		(837.275)	(83.390)	48.906	(21.176)	51.170	(841.765)
		969.952	994.226	(7.367)	(6.398)	(136.042)	1.814.371

(a) Tendo a obrigatoriedade de classificação das embarcações que operam no mercado brasileiro por uma Companhia classificadora habilitada, a docagem é um procedimento realizado a cada ciclo de classificação, de acordo com o ano de construção da embarcação. A taxa de amortização da docagem varia de 20% a 40%, devido às características de cada embarcação; (b) As embarcações são depreciadas por taxas de 4% ao ano. A diferença de depreciação entre a prática contábil societária (25 anos) e a fiscal (20 anos) é diferida; (c) A diferença de R\$ 1.259 se refere à transferência de custos, onde a contrapartida está em conta não pertencente ao grupo do Ativo Imobilizado. (d) Algumas operações constantes nas adições do imobilizado não impactaram o fluxo de caixa, gerando dessa forma um valor menor, conforme indicado:

	2024	2023
Nota 12 – Adições	67.945	1.077.616
Assunção empréstimo	-	(418.474)
Juros capitalizados	-	(6.431)
Valores registrados no ano anterior e pagos no ano corrente	15.575	-
Valores registrados/não faturados para serem pagos no ano subsequente	(3.113)	(15.575)
Valores transferidos do estoque	-	(453)
Aquisição de ativo imobilizado - Fluxo de caixa de investimentos	80.407	636.683

As embarcações objeto dos empréstimos constantes da NE 14, em função de cláusula contratual, são alienadas fiduciariamente como forma de garantia.

I. Revisão da vida útil estimada: Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **II. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos:** Anualmente a Companhia realiza testes para detectar eventuais perdas (impairment), com base no CPC 01. O valor recuperável das embarcações imobilizadas, assim como do ágio registrado pela aquisição da Tugbrasil, foi determinado por meio de projeção de fluxo de caixa descontado, após o imposto de renda e da contribuição social, fundamentados em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de 5 (cinco) anos. Após esse período foi respeitado o valor de perpetuidade residual da empresa, com base em um crescimento constante. Os valores projetados foram descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto líquida de 8,4% a.a. Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos respectivos ativos, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como não ocorreu para 31 de dezembro de 2023.

13 Intangível:	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2024
Software	1.467	-	-	1.581	727	3.775
Amortização 20% a.a.	(457)	(448)	-	-	(210)	(1.115)
Ágio	37.365	-	-	-	10.427	47.792

Intangível em andamento:	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2023
Software	10	3.260	-	(1.581)	193	1.882
Amortização 20% a.a.	(38.385)	(2.812)	-	-	(11.137)	(52.334)
Ágio	40.271	-	-	-	(2.906)	37.365

Intangível em andamento:	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2023
Software	657	262	-	(904)	(5)	10
Amortização 20% a.a.	(41.369)	-	(6)	-	(2.978)	(38.385)

Os softwares são amortizados pelo prazo de 5 (cinco) anos. **I. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio:** O ágio reconhecido na SAAM é oriundo da incorporação da controlada Tugbrasil, ocorrido em 2021. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 12, item II – Provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.	
	Passivo
	Emprestimos e financiamentos
	Passivos de arrendamentos financeiros
	Dividendos
	Capital social
	Reservas de lucros
	Dividendo adicional proposto
	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	1.125.624
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(93.702)
Pagamentos de empréstimos de terceiros	-
Pagamentos de dividendos	-
Pagamentos de passivos de arrendamentos financeiros	(16.713)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(93.702)
Efeito das variações nas taxas de câmbio	295.284
Relacionadas com passivos	17a
Novos arrendamentos financeiros	31.244
Baixa arrendamentos financeiros	(49.673)
Transferência para contas a pagar	(24.093)
Despesas com juros	4.844
Juros pagos	(58.266)
Total das outras variações relacionadas com passivos	2.204
Total das outras variações relacionadas com patrimônio	67.179
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.329.410

15 Fornecedores:	
	Amortização
	Saldo em 2022
	Adições
	Baixas
	Saldo em 2024
No país	33.350
No exterior	375
Partes relacionadas (ver NE 11)	6.957
Custos com subcontratação	7.154
	47.836

16 Salários e férias a pagar	
	2024
	2023
Férias e encargos a pagar	15.054
Participação no lucro e resultado	8.646
Acordo coletivo de trabalho	3.879
Outros	249
	27.828

17 Tributos a pagar:	
a. Circulante	
	2024
	2023
IRPJ & CSLL	-
ISS	4.221
PIS	152
COFINS	720
FGTS	968
INSS	2.781
Contribuição sindical	84
IRRF	2.665
CS a pagar	12
CSRF	58
ICMS & DIFAL	42
	11.703

18 Operações de arrendamento mercantil: a. Direito de uso	
	Direito de uso
	Saldo em 2022
	Adições
	Baixas
	Saldo em 2024
Embarcações-	88.495
Terceiros	14.748
Imóveis	1.598
Veículos	104.841
	114.781

14 Empréstimos e financiamentos:				
	Venci-mento			
	Taxa de juros			
	Final			
	a.a.			
	2024			
	2023			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	R\$ 2027	3,7%	4.638	6.621
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US\$ 34	3,70%	142.125	133.671
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US\$ 2023-	3,68% a	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US\$ 25-33	5,5%	57.922	50.955
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US\$ 2034	2,94% e 3,94%	240.255	205.726
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US\$ 2028 -	2,57% e 3,57%	44.473	42.182
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US\$ 2038	2,81% e 3,81%	120.502	100.970
Caterpillar Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	R\$ 2025	+3,8%	70	313
Caterpillar Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	US\$ 2025	3,80%	611	2.157
Banco do Brasil - BB - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US\$ 2030	3,5% e 3,6% e 3,75%	82.536	83.318
Banco do Brasil - BB - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US\$ 2029	3,85%	5.984	7.202
SAAM S/A (ver NE 11)	US\$ 2025	6,70%	630.294	492.509
			1.329.410	1.125.624
			731.320	579.148
			598.090	546.476

Passivo circulante	
Passivo não circulante	
	Valor contábil
	nominal
	6 me-De 6 a 12
	ses meses
	2º ano
	Do 3º ao 5º ano
	Após 5 anos
BNDES	609.915
Caterpillar	681
Banco do Brasil	88.520
SAAM S/A	630.294
	1.329.410
BNDES	540.125
Caterpillar	2.470
Banco do Brasil	90.520
SAAM S/A	492.509
	1.125.624

Os valores de financiamentos a pagar em 31 de dezembro de 2024, denominados em US\$ apresentados acima, estão convertidos para Reais com base na taxa de conversão do fechamento de 31/12/2024, com a cotação de R\$ 6,1923. Os valores de financiamentos a pagar em 31/12/2023, denominados em US\$ apresentados abaixo, estão convertidos para Reais com base na taxa de conversão do fechamento de 29/12/2023, com a cotação de R\$ 4,8413.

	Valor contábil	Valor nominal	6 me-De 6 a 12	ses meses	2º ano	Do 3º ao 5º ano	Após 5 anos
BNDES	609.915	710.052	49.761	49.093	95.981	217.374	297.843
Caterpillar	681	687	687	-	-	-	-
Banco do Brasil	88.520	95.925	11.511	11.326	22.107	49.192	1.789
SAAM S/A	630.294	661.177	31.575	629.602	-	-	-
	1.329.410	1.467.841	93.534	690.021	118.088	266.566	299.632

Os valores nominais finais desses financiamentos estarão sujeitos aos juros mencionados acima, até a data de vencimento dos juros e do principal. A Companhia possui contratos de financiamentos com o BNDES, referentes à construção de embarcações finalizadas em 2009, nos quais constam cláusula que menciona a obrigação de manter o índice de endividamento geral no percentual máximo de 80%. Em caso do referido índice ser maior que o estabelecido em contrato, a Companhia está passível de sanção por inadimplemento não financeiro, no montante de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo decorrido corrigido pela taxa SELIC. Em 31/12/2024 todos os índices financeiros previstos nas cláusulas restritivas (covenants) dos contratos foram atendidos, assim como em 31/12/2023. **a. Depósitos vinculados:** Em 31/12/2024 e 2023, a Companhia manteve em conta vinculada o montante equivalente à três amortizações, referentes à cláusula dos contratos de financiamento do Banco do Brasil.

	2024	2023
Depósitos Vinculados	5.429	4.947

Passivo		Patrimônio	
	Emprestimos e financiamentos	Capital social	Reservas de lucros
	Passivos de arrendamentos financeiros	Dividendos	Dividendo adicional proposto
	Dividendos	Total	
Saldo em 1 de janeiro de 2023	1.125.624	127.767	237.788
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(93.702)	-	-
Pagamentos de empréstimos de terceiros	-	-	-
Pagamentos de dividendos	-	-	-
Pagamentos de passivos de arrendamentos financeiros	(16.713)	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(93.702)	-	-
Efeito das variações nas taxas de câmbio	295.284	-	-
Relacionadas com passivos	17a	-	-
Novos arrendamentos financeiros	31.244	-	-
Baixa arrendamentos financeiros	(49.673)	-	-
Transferência para contas a pagar	(24.093)	-	-
Despesas com juros	4.844	-	-
Juros pagos	(58.266)	-	-
Total das outras variações relacionadas com passivos	2.204	-	-
Total das outras variações relacionadas com patrimônio	67.179	43.715	(39.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.329.410	127.767	281.503

Amortização	
	Saldo em 2022
	Adições
	Baixas
	Saldo em 2024
Embarcações-	88.495
Terceiros	14.748
Imóveis	1.598
Veículos	104.841
	114.781

Direito de uso	
	Saldo em 2022
	Adições
	Baixas
	Saldo em 2023
Embarcações-	88.495
Terceiros	14.748
Imóveis	1.598
Veículos	104.841
	114.781

Amortização	
	Saldo em 20



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



23 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais (por natureza)

Natureza	2024			2023		
	Custos dos Serviços Prestados	Despesas Administrativas e Gerais	Total	Custos dos Serviços Prestados	Despesas Administrativas e Gerais	Total
Pessoal	(151.771)	(52.546)	(204.317)	(133.256)	(44.033)	(177.289)
Frete	(2.384)	(43)	(2.427)	(1.689)	(57)	(1.746)
Serviços Contratados	(94.848)	(15.565)	(110.413)	(74.275)	(12.691)	(86.966)
Material Manutenção/Reparo e Afins	(25.304)	(1.596)	(26.900)	(26.559)	(1.821)	(28.380)
Estoque	(92.428)	-	(92.428)	(87.291)	-	(87.291)
Aluguel de Equipamentos e outros	(2.343)	(1.143)	(3.486)	(2.596)	(1.489)	(4.085)
Viagem	(3.997)	(2.736)	(6.733)	(3.096)	(2.462)	(5.558)
Seguros	(6.358)	(69)	(6.427)	(6.930)	(106)	(7.036)
Depreciação e amortização	(108.245)	(1.405)	(109.650)	(82.751)	(901)	(83.652)
Amortização direito de uso	(20.462)	(2.170)	(22.632)	(18.324)	(1.786)	(20.110)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação e Amortização	2.806	101	2.907	1.319	-	1.319
PCLD	-	1.423	1.423	-	437	437
Provisões e Reversões	(6.911)	(6.399)	(13.310)	(2.773)	(1.762)	(4.535)
Impostos, Registros e Taxas	(429)	(378)	(807)	(1.358)	(351)	(1.709)
Associações e Sindicatos	(2.070)	(76)	(2.146)	(1.032)	(67)	(1.099)
Assinaturas, Licenças e Telecomunicações	(1.234)	(935)	(2.169)	(612)	(886)	(1.498)
Outros	(15)	(2.691)	(2.706)	(14)	(1.240)	(1.254)
	(515.993)	(86.228)	(602.221)	(441.237)	(69.215)	(510.452)

	2024	2023
24 Resultado financeiro Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos	(60.470)	(41.438)
Descontos concedidos	(3.116)	(3.493)
Multas e Penalidades	(112)	(367)
Variações cambiais, líquidas	(10.325)	(14.300)
Impostos sobre receita financeira	(1.914)	(1.943)
Juros sobre arrendamento	(4.844)	(3.720)
Impostos sobre empréstimos	-	(2.866)
Comissões e taxas financeiras	(3.998)	(1.830)
Outros	(79)	(377)
	(84.858)	(70.334)

	2024	2023
25 Imposto de renda e contribuição social:		
Juros obtidos e Juros sobre aplicações financeiras	9.665	9.688
Descontos obtidos	35	35
Variações cambiais líquidas	-	-
Outros	-	-
	9.700	9.727
	(75.158)	(60.607)

25 Imposto de renda e contribuição social: A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas, e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é demonstrada como segue:

	2024	2023
Lucro com efeito da diferença de câmbio e antes do IR e da CS	206.477	179.006
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(70.202)	(60.862)
Efeito do IR e CS sobre adições e exclusões ao lucro contábil:		
Adições permanentes	(440)	(580)
Exclusões permanentes	308	1.437
Diferenças temporárias dedutíveis	(155.648)	48.167
Efeito dos ajustes na conversão	90.759	(16.003)
IR e CS no resultado do exercício	(135.223)	(27.841)
Alíquota efetiva	65,49%	15,55%
IR e CS correntes	-	(46.291)
IR e CS diferidos (Nota 8c)	(135.223)	18.450
	(135.223)	(27.841)

26 Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, no qual a administração destes é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	Classificação	Valor justo		Valor contábil	
		2024	2023	2024	2023
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	97.525	92.167	97.525	92.167
Depósitos Vinculados	amortizado	5.429	4.947	5.429	4.947
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	amortizado	143.812	117.283	143.812	117.283
Outros créditos	Custo amortizado	6.906	13.135	6.906	13.135
Instrumentos financeiros	Valor justo			Valor contábil	
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	amortizado	1.329.410	1.125.624	1.329.410	1.125.624
Fornecedores	Custo amortizado	47.836	47.928	47.836	47.928
Passivo de arrendamento	amortizado	52.970	100.192	52.970	100.192
Dividendos a pagar	amortizado	35.627	75.267	35.627	75.267

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, principalmente dos recebíveis de clientes, instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

	2024	2023
Exposição ao risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	97.525	92.167
Depósitos vinculados	5.429	4.947
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	143.812	117.283
Outros créditos	6.906	13.135
Exposição líquida	253.672	230.017

A perda de crédito esperada é reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços. A mensuração da taxa de inadimplência considera a recuperabilidade dos recebíveis de acordo com o perfil dos clientes, e histórico de recebimentos, baseado em experiências anteriores. Ademais, em casos particulares, alguns riscos adicionais serão avaliados e considerados para suportar o fator de provisão de um cliente específico, como os riscos correspondentes ao do setor, risco do cliente, situação financeira, capacidade de pagamento e comportamento de pagamento, indiferente do prazo negociado e/ou maturação da dívida. Em algumas circunstâncias, a Companhia não possui informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, para mensurar perdas de crédito esperadas com base em instrumento individual. Nesses casos, as perdas de crédito esperadas devem ser reconhecidas coletivamente, considerando informações abrangentes de risco de crédito. Essas informações abrangentes de risco de crédito devem incorporar não apenas informações vencidas, mas também todas as informações de crédito relevantes, inclusive informações macroeconômicas prospectivas, para aproximar o resultado do reconhecimento de perdas de crédito esperadas.

	Provisão para perdas esperadas		Provisão para perdas esperadas	
	Bruto	2024	Bruto	2023
Não vencidos	117.018	(383)	100.239	(372)
Vencidos há 01-30 dias	16.127	(79)	12.932	(87)
Vencidos há 31-60 dias	2.126	(21)	1.988	(25)
Vencidos há 61-90 dias	588	(10)	387	(8)
Vencidos há 91-120 dias	542	(13)	165	(5)
Vencidos há 121-150 dias	3	-	139	(8)
Vencidos há 151-180 dias	1.197	(47)	1.163	(69)
Vencidos há 181-210 dias	183	(9)	-	-
Vencidos há 211-250 dias	168	(16)	48	(10)
Vencidos há 251-360 dias	9	-	-	-
Vencidos acima 360 dias	5.851	(484)	2.707	(1.901)
Total	143.812	(1.062)	119.768	(2.485)

Risco de Liquidez: Risco de liquidez é o risco da Companhia associado às dificuldades em honrar com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia procura alinhar o giro de pagamentos com os recebimentos, controlando o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa, para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. O departamento financeiro acompanha as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

	Menos de 1 ano		Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 5 anos		Acima de 5 anos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Financiamentos (valor nominal)	783.555	118.088	266.566	299.632	-	-	-	-
Fornecedores	47.836	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Contas a Pagar com Partes Relacionadas	637.251	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	35.627	-	-	-	-	-	-	-
	1.504.269	118.088	266.566	299.632				

Risco de câmbio: Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, tendo em vista, que estão parte denominados em Real (moeda local) e parte em dólar norte-americano (moeda funcional). A Companhia possui contratos de dívidas e saldos de caixa e equivalentes de caixa atrelados ao dólar norte-americano e ao Real. Em termos gerais, para o fluxo de caixa operacional, a Companhia procura neutralizar o risco cambial através de ativos (contas a receber) e passivos (pagamentos) correspondentes. Além disso, a Companhia busca gerar um excedente de caixa operacional nas duas moedas, com maior concentração no dólar norte-americano. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco. A maioria dos empréstimos da Companhia é vinculado a taxas fixas. Parte do empréstimo do BNDES e Caterpillar está exposta a taxa flutuante TJLP (Taxa de juros de longo prazo).

31 de dezembro de 2024

Entidade credora	Total da dívida	Taxa de juros	Taxa efetiva	Custo financeiro do período
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4.708	3,70%	11,13%	570
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	3,80%	9,80%	2
Total de passivos financeiros a taxa variável	4.708	-	-	572
Total de passivos financeiros (Nota 14)	1.329.410	-	-	-
Proporção de passivos financeiros a taxa variável	0,35%	-	-	-

31 de dezembro de 2023

Entidade credora	Total da dívida	Taxa de juros	Taxa efetiva	Custo financeiro do período
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	6.621	3,70%	10,25%	785
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	313	3,80%	10,35%	59
Total de passivos financeiros a taxa variável	6.934	-	-	844
Total de passivos financeiros (Nota 14)	1.125.624	-	-	-
Proporção de passivos financeiros a taxa variável	0,62%	-	-	-

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: A análise de sensibilidade apresentada nos quadros seguintes, estima os impactos da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, com base na posição em 31 de dezembro de 2024. A Companhia procurou simular três cenários distintos por um período projetado de doze meses, com ênfase na variável de risco identificada, tendo como cenário mais provável (Cenário I). Além disso, outros dois cenários foram elaborados: um possível (Cenário II), com variação de 25%, e outro remoto (Cenário III), com variação de 50%.

	Cenários			
	Cenário I 2024 Provável	Cenário II Possível (25%)	Cenário III Remoto (50%)	
Caixa e equivalentes de caixa lastreados em moeda estrangeira	9.311	287	(1.969)	(4.225)
Caixa e equivalentes de caixa lastreados ao dólar norte-americano	88.214	(2.738)	18.631	40.000
Depósitos vinculados em moeda estrangeira	5.429	167	(1.149)	(2.464)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis lastreados em moeda estrangeira	65.765	2.045	(13.885)	(29.815)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis lastreados ao dólar norte-americano	62.878	(1.954)	13.277	28.508
Contas a receber de partes relacionadas lastreadas em moeda estrangeira	9.802	304	(2.071)	(4.445)
Contas a receber de partes relacionadas lastreadas ao dólar norte-americano	5.367	(165)	1.136	2.436
Outros créditos lastreados em moeda estrangeira	6.906	(216)	1.457	3.129
	253.672	(2.270)	15.427	33.124
Financiamentos lastreados em moeda estrangeira	4.708	(148)	992	2.132
Financiamentos lastreados ao dólar norte-americano	694.408	(21.562)	146.650	314.861
Empréstimo de parte relacionada lastreado ao dólar norte-americano	630.294	(19.572)	133.109	285.789
Contas a pagar lastreadas em moeda estrangeira	76.131	(2.367)	16.074	34.515
Contas a pagar lastreadas ao dólar norte-americano	375	(9)	83	174
Passivo de arrendamento lastreado em moeda estrangeira	23.635	(733)	4.993	10.718
Passivo de arrendamento lastreado ao dólar norte-americano	29.335	(913)	6.193	13.298
Contas a pagar de partes relacionadas lastreadas ao dólar norte-americano	6.957	(219)	1.466	3.150
	1.465.843	(45.523)	309.560	664.637

(j) Fonte de informação: Relatório Focus BACEN de 24/01/2025.
27 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024 a cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais era composto conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cobertura Básica	2.236.009	2.236.009
Guerras e greves	2.795.011	2.795.011

Os contratos são todos em dólares e os valores acima apresentados foram convertidos pela taxa de dólar de 31 de dezembro de 2024, na cotação de R\$ 6,1983. Adicionalmente a Companhia mantém cobertura adicional através de um clube de "Protection & Indemnity - P&I". A suficiência da cobertura não foi objeto de auditoria pelos auditores independentes. **28 Eventos subsequentes:** A Companhia mantém um contrato de empréstimo com sua controladora, originalmente classificado no passivo circulante, com vencimento previsto para 28 de setembro de 2025. Em 31 de janeiro de 2025, foi formalizado um aditivo contratual que prorroga o prazo de vencimento das obrigações por mais 36 meses, passando a sua liquidação para 28 de dezembro 2027. Com essa renegociação, o saldo do empréstimo referido será reclassificado para o passivo não circulante nas projeções financeiras subsequentes, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Essa alteração reflete a estratégia da Companhia de melhoria a gestão de seu perfil de individualização, garantindo maior equilíbrio entre suas obrigações de curto e longo prazo.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Hernan Gomez Cisternas

Rafael Ignácio Ferreira Moreira

Macário Valdés Raczyński

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Renata de Albuquerque Ervilha - Diretora Presidente

Kathar HOL Arenas Carrera - Diretor Financeiro

Giancarlo Jacomini - Contador - CRC RJ-110640/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas SAAM Towage Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SAAM Towage Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divul-

gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o

FARIA LIMA

Prefeitura publica decreto que prevê leilão de Cepacs

CIRCE BONATELLI/AE

A Prefeitura de São Paulo publicou, na sexta-feira passada, o Decreto 64.112/2025, que regulamenta a nova lei da Operação Urbana Consorciada Faria Lima. Esse era um dos últimos passos necessários para a prefeitura confeccionar o prospecto da nova emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) que será submetido para aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A SP Urbanismo, responsável pela gestão da Operação Faria Lima, está estruturando um no-

vo leilão de Cepacs, previsto para ocorrer ainda no primeiro semestre. O último leilão ocorreu em 2021, com arrecadação de R\$ 182,6 milhões.

Os Cepacs são títulos que permitem às incorporadoras erguerem prédios acima dos limites originais de cada bairro.

Ou seja: eles viabilizam que um terreno receba edifícios mais altos, com mais apartamentos ou áreas comerciais.

Já os recursos arrecadados pelos cofres públicos vão para obras de infraestrutura, urbanismo e mobilidade na área.

Em nota, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licencia-

mento informou que o novo decreto detalha procedimentos sobre o licenciamento de edificações na região. Foram atualizadas a metodologia de cálculo da área adicional de construção e a quantidade de Cepacs a serem empregados em cada projeto.

O decreto trata ainda de incentivos para empreendimentos situados nos arredores de transporte coletivo, com o objetivo de incentivar o adensamento de pessoas nessas regiões.

Também é abordada a provisão de moradias para famílias de baixa renda na região da operação urbana, que abrange as favelas do Real Parque, Panora-

ma, Paraisópolis, Jardim Colombo e Porto Seguro. As famílias cadastradas pela Secretaria de Habitação poderão ser reassentadas em locais distintos daqueles onde residiam, desde que dentro da área abrangida pela operação urbana ou seu perímetro expandido.

Criada pela Lei 13.769/2004, a Operação Urbana Consorciada Faria Lima abrange vias as Avenidas Brigadeiro Faria Lima, Pedroso de Moraes e Juscelino Kubitschek. A Lei 18.175/2024 ampliou o alcance da operação, incluindo Paraisópolis no programa de investimentos em habitação social e infraestrutura.

ASSALTO

Suspeito de atirar em cliente de padaria em Pinheiros é preso

O suspeito de atirar em um cliente de uma padaria em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, durante um assalto foi preso na manhã de ontem, pela Polícia Civil.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), os agentes cumpriram o mandado de prisão temporária no bairro do Cambuci, região central da capital. O rapaz tem 20 anos e foi reconhecido pela vítima. Um outro envolvido, um adolescente de 14 anos, já tinha sido apreendido anteriormente. As diligências prosseguem pelo 14º DP para identificar e prender um terceiro envolvido no crime.

O caso ocorreu na tarde do dia 7 de março, um dia após outro homem ser baleado em tentativa de assalto no bairro, na rua Capote Valente, na mesma região.

Na ocasião, um homem de 41 anos teve o seu celular levado pelos criminosos e relatou à polícia que estava no estabelecimento quando foi abordado por um rapaz armado que anunciou o assalto e tomou o seu celular.

Pouco depois, um segundo suspeito entrou na padaria - o primeiro que aparece na câmera de segurança, se dirigindo ao fundo do estabelecimento - e abordou dois homens, sendo um deles a vítima de 55 anos.

O suspeito entrou em luta corporal com a vítima e efetuou o disparo de arma de fogo contra ela, na região da barriga. Após o disparo, os dois suspeitos fugiram.

O vídeo mostra que os criminosos agiram com discrição e, por isso, outros clientes e

funcionários do estabelecimento só perceberam a situação quando começou a luta corporal.

Como mostrou o *Estadão*, dados da SSP indicam que, em janeiro de 2025, houve um aumento de 20% dos roubos em Pinheiros em relação ao mesmo mês no ano passado. O bairro é um dos mais visados na capital paulista pelos criminosos que se passam por falsos entregadores.

Os casos de latrocínio, em que o roubo é seguido de morte, também cresceram na cidade. Houve alta de 23,2% em 2024, na comparação com 2023. E em janeiro deste ano, um jovem já havia sido baleado e morto em Pinheiros durante um roubo de celular.

Questionada pela reportagem sobre o aumento na criminalização em São Paulo e na região de Pinheiros, a SSP disse que "intensificou suas ações de enfrentamento à criminalidade, com foco especial nos crimes violentos, investindo em tecnologia e reforçando as equipes de patrulhamento com base nas estatísticas e nas denúncias da população".

A pasta ressalta que "na área da 3ª Delegacia Seccional (Oeste), que inclui o bairro de Pinheiros, os roubos registraram queda de 3,32%, enquanto o número de prisões aumentou 14% em janeiro de 2024, em comparação com o mesmo período do ano passado".

Também cita que "36 armas de fogo ilegais foram apreendidas" e que a mulher conhecida como "Mauha do Crime", supostamente financiadora de crimes de latrocínio na capital, foi presa.

ELEIÇÕES 2026

Nunes não descarta deixar a Prefeitura para disputar governo

BIANCA GOMES/AE

Em evento com o ex-governador João Doria (sem partido), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que cumprirá os quatro anos de mandato. Minutos depois, porém, recuou da própria declaração, dizendo que eleição não é "casamento" e que "as coisas acabam mudando".

"Eu sou católico praticante. Não é casamento", respondeu Nunes em coletiva de imprensa ao ser questionado se promete aos eleitores não renunciar para disputar o governo estadual. "A minha intenção é de ficar os quatro anos como prefeito. As coisas acabam mudando...", acrescentou ele, sem garantir a permanência no cargo.

O prefeito afirmou que só tomará "qualquer tipo de atitude" caso ela beneficie a cidade e o projeto para derrotar a esquerda nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

O prefeito participou ontem, de um almoço promovido pelo Lide, grupo de líderes empresariais fundado por Doria. Durante sua fala, havia garantido que permaneceria no cargo.

"Vou ficar os quatro anos prefeitando", afirmou o emedebista ao ser perguntado sobre a possibilidade de disputar o governo estadual caso Tarcísio de Freitas (Republicanos) concorra à Presidência. "Não falei um A sobre isso. Quando soltaram a pesquisa (de intenção de voto para o governo de São Paulo), em que apareci

em primeiro, comecei a tomar tior para todo lado. Imagina se eu falar que vou?"

NUNES OFENDE

No evento, o prefeito atacou "alguns personagens" do Ministério Público, que, segundo ele, seriam "figurinhas carimbadas" dedicadas a "atrasar a cidade, o Estado e a vida das pessoas". Ele mencionou nominalmente o promotor Ricardo Manuel Castro, a quem chamou de "atraso" e "idiota".

"Ele fica o tempo inteiro, 24 horas, gastando energia para as coisas não avançarem", afirmou Nunes, destacando que sua crítica não é à instituição, mas a alguns promotores. "Infelizmente, temos alguns personagens que estão lá

para utilizar do seu cargo para fazer perseguição política. Ele é aliado ao PSOL e ele fica infernizando. Infernizou a vida do Bruno Covas, do João Doria, a minha vida. E isso ele acha que está tendo alguma vantagem. Não, ele está atrapalhando a cidade. Ele e outros promotores."

Mais tarde, em coletiva de imprensa, o emedebista voltou a atacar o promotor, chamando-o de "idiota" que "passa o tempo inteiro perturbando as pessoas e criando situações para defender sua questão ideológica".

Uma das denúncias apresentadas pelo promotor envolve uma ação de improbidade administrativa contra a Prefeitura pela compra superfaturada de garrafas de água durante o carnaval de 2024.

CAMPO BELO

Idoso é cercado e roubado em garagem de prédio

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um motociclista foi cercado por ladrões no interior da garagem do prédio e teve sua moto de luxo roubada no sábado passada, no bairro Campo Belo, na zona sul de São Paulo. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), a vítima é um advogado de 70 anos que não teve a identidade divulgada. Câmeras de segurança registraram o momento do ataque.

O crime aconteceu às 16h45, quando a vítima chegava de mo-

to ao edifício onde mora, na Rua Barão de Triunfo.

O advogado entrava no prédio, após o portão automático da garagem se abrir, quando foi abordado por um motociclista com a arma em punho. Outros dois chegaram em seguida em outra moto. Logo depois, apareceu uma terceira moto na rua, com um suspeito dando cobertura aos supostos comparsas.

Rendido e sob a ameaça da arma, o idoso foi obrigado a tirar o capacete e entregar aos suspeitos. Ela ainda foi revistado de

forma brusca pelos ladrões.

De acordo com a SSP, os suspeitos fugiram levando a moto do advogado, assim como seu capacete, carteira e aparelho celular.

O caso foi registrado pela Delegacia Eletrônica e encaminhado ao 27º Distrito Policial. "A autoridade policial analisa as imagens e realiza diligências em busca de elementos que auxi-

liem na identificação e prisão dos criminosos", diz a SSP.

OUTRO CASO

No domingo passado, outro motociclista teve a moto de luxo roubada por cinco suspeitos que estavam em quatro motos, no bairro Tatuapé, na zona leste da capital. Neste caso também câmeras de segurança registraram a ação.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE 2ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 32ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos do Agronegócio devidos por Francisco Ferreira Camacho, celebrado em 31 de janeiro de 2023 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em assembleia especial de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 20 de maio de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital "Microsoft Teams", cujo acesso será liberado, pela Emissora, de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em razão do fim dos waivers concedidos nas Assembleias Gerais de Titulares realizadas em 22 de abril de 2024 e em 18 de outubro de 2024 para cumprimento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias pendentes, aprovar que seja declarado Evento de Vencimento Antecipado e, consequentemente, a realização do Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade dos CRA, nos termos das cláusulas 8.1 e 8.2 da CPR-F e 7.2.1 do Termo de Securitização. Caso aprovado, a Devedora deverá realizar o pagamento integral do saldo devedor atualizado dos CRA, acrescidos da Remuneração, tributos, encargos moratórios, multas, despesas, penalidades e demais encargos contratuais e legais do Patrimônio Separado ("Montante Devido"), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da formalização da ata, conforme estabelecido nas cláusulas 8.4 e 8.5 da CPR-F; (ii) Caso ocorra o Vencimento Antecipado e a Devedora não efetue o pagamento do Montante Devido no prazo indicado no item (i) acima, aprovar a estratégia para recuperação do crédito, incluindo a adoção das providências necessárias à execução das garantias e a cobrança dos valores devidos, assim como a contratação de um Assessor Legal, a ser definido posteriormente; (iii) Caso ocorra o Vencimento Antecipado e a Devedora não efetue o pagamento do Montante Devido no prazo indicado no item (i) acima, discutir posteriormente, em eventual nova assembleia especial de Titulares dos CRA, conforme o caso, sobre o pagamento dos valores devidos ao Agente Fidejussório, totalizando nessa data R\$ 37.440,87 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos), e que constarão relacionados em anexo da AGT, bem como o pagamento dos valores devidos aos demais prestadores de serviço da Operação; (iv) Em caso de aprovação do item (i) acima, e condicionado a realização do Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade dos CRA, a dispensa do envio ao Agente Fidejussório das pendências documentais que constarão listadas em anexo da AGT, e em caso de reprovação do item (i) acima, a concessão de prazo adicional de 60 (sessenta) Dias Úteis a contar da aprovação em assembleia, para o atendimento da referida obrigação; e (v) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fidejussório, o Emitente, Avalistas, quaisquer terceiros garantidores e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos Itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: Fica facultado aos Titulares dos CRA o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da Instrução de Voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fidejussório, no e-mail fiduciario@trusteetvm.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA DUE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se a disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.
 São Paulo/SP, 25 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 73ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 73ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 73ª (Septuagésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 14 de abril de 2025, às 15:00 horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1. Item "h", do Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da Projeto 11 Empreendimentos Imobiliário Spe Ltda. ("Notas Comerciais"), em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária de manter o Valor Mínimo do Fundo de Reserva, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, conforme previsto na Cláusula 9.5.2. do Termo de Securitização; (ii) Aprovar a alteração do "Valor Mínimo do Fundo de Reserva", conforme definido na Cláusula 1.1. do Termo de Securitização, que passará a vigorar conforme a redação abaixo: "Valor Mínimo do Fundo de Reserva": O montante equivalente a 1 (uma) PMT CRI. (iii) Aprovar a substituição da Conta Escrow, mantida hoje no Banco Arbi S.A., para o Banco Grafeno Holding S.A., nos termos do contrato que seguirá na forma do Anexo II da ata; (iv) Aprovar a exclusão do item "o" previsto na cláusula 3.2. do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas em Garantia e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária De Cotas"); (v) Autorizar a Emissora, o Agente Fidejussório e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos Itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia, no prazo de até 30 (trinta) dias. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fidejussório, no e-mail fiduciario@trusteetvm.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA DUE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da Instrução de Voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.
 São Paulo/SP, 25 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora

ROUBO DE CARGA

PF faz operação contra quadrilha especializada

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Integrantes de uma quadrilha especializada em roubos de caminhões e cargas levavam uma vida de luxo, usando o dinheiro do crime para comprar carros, lanchas e imóveis de alto padrão, segundo a Polícia Federal (PF). Os suspeitos, que também reservavam camarotes vips em shows e eventos, foram alvos de uma operação conjunta com o Ministério Público de São Paulo (MP-SP), ontem, em São Paulo e em outros três estados. A Justiça autorizou o sequestro de bens avaliados em R\$ 70 milhões da quadrilha.

Até as 10h, a PF ainda cumpriria os 17 mandados de prisão expedidos pela Justiça. Os investigados não tiveram os nomes divulgados, o que impossibilitou o contato com suas defesas.

A Operação Hammare foi desencadeada após a investigação apontar de forma detalhada as atividades de uma organização criminosa voltada a roubos de cargas e caminhões, desmanche e recepção e lavagem de dinheiro. A quadrilha estava baseada no Estado de São Paulo, mas atuava também em outros Estados. Os investigadores detectaram que os líderes da organização criminosa mantinham um estilo de vida luxuoso, com aquisição de carros como Ferrari e Lamborghini, além de lanchas, motos aquáticas e imóveis de alto padrão. Eram presença frequente também em camarotes vips de shows e eventos.

Ao todo, foram mobilizados 110 policiais federais e 100 agentes da Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo para o cumprimento de 17 mandados de prisão temporária e 24 mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul. Os mandados foram expedi-

dos pela 1ª Vara Judicial Criminal de Cajamar, na Grande São Paulo. A investigação, conduzida pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPSP e pela PF de Campinas, teve início em junho de 2023, após um roubo de carga e caminhão, em Cajamar.

A apuração identificou que a organização criminosa estava estruturada em três grupos de atuação: um para a execução do roubo, outro para o desmanche e o terceiro voltado para a recepção dos produtos. Por meio de empresas de peças e manutenção dos veículos, a quadrilha dedicou-se à recepção e comercialização de caminhões, peças e motores roubados.

O grupo inclusive encomendava roubos especificando o tipo e modelo do veículo que desejavam. "Ante a complexidade cada vez maior para a investigação dos integrantes dos grupos de desmanche e recepção, optouse pela desarticulação imediata do braço da organização responsável pelos roubos, cuja atuação ininterrupta resultou em pelo menos 50 crimes identificados entre 2021 e 2024", diz a PF.

Os responsáveis pelos roubos e dois receptadores, contra os quais já havia provas suficientes, foram presos durante as operações Aboiz (2023) e Cacaria (2024), deflagradas com o objetivo de encerrar a atividade permanente de roubos da organização. O material apreendido em ambas, mais a análise de dados telemáticos, financeiros e bancários, permitiram a identificação dos investigados, assim como seus papéis dentro da organização, inclusive os de líderes e financiadores, resultando na operação atual. O nome da operação, Hammare, significa martelo em suco e faz uma referência ao principal instrumento usado pelos criminosos.

EUA

Trump cria tarifa contra países que comprarem petróleo da Venezuela

LUCAS PORDEUS
LEÓN/BRASIL

Os países que comprarem petróleo ou gás da Venezuela devem ser taxados em 25% em cima de qualquer produto que venha a comercializar com os Estados Unidos (EUA). O anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, foi publicado em uma rede social ontem. Segundo o comunicado, a tarifa começará a valer a partir do próximo dia 2 de abril.

“(A tarifa será implementada) por inúmeras razões, incluindo o fato de a Venezuela ter enviado propositalmente e enganosamente aos Estados Unidos, disfarçados, dezenas de milhares de criminosos de alto escalão e outros, muitos dos quais são assassinos e pessoas de natureza muito violenta”, afirmou Trump.

O governo dos EUA acusa a Venezuela de enviar para o país membros da facção criminosa Tren de Aragua, considerada uma organização terrorista por Washington. Pouco mais de uma semana atrás, o governo Trump deportou 238 imigrantes venezuelanos para El Salvador acusados de integrar essa organização.

As famílias e advogados dos deportados para o país centro-americano questionam a versão oficial da Casa Branca e afirmam que os imigrantes estão sendo acusados injustamente com objetivo de permitir sua deportação sumária.

Ainda de acordo com o presidente dos Estados Unidos, a taxa de 25% sobre os países que comprarem petróleo ou gás da Venezuela será adotada porque “a Venezuela tem sido muito hostil aos Estados Unidos e às liberdades que defendemos”. Os atritos entre Washington e Caracas vem desde o governo do ex-presidente Hugo Chávez (1999-2013).

Até a publicação desta reportagem, o governo da Venezuela não havia se manifestado sobre o anúncio de Donald Trump.

COERCITIVAS

A Venezuela já sofre com uma série de Medidas Coerciti-

vas Unilaterais (MCU), chamadas também de sanções econômicas, aplicadas pelos EUA. A maior parte dessas medidas foi implementada ainda no primeiro mandato de Trump, entre 2017 e 2019.

No final de fevereiro, Trump anunciou o cancelamento de uma autorização para petroleira estadunidense Chevron atuar na Venezuela. Porém, o departamento responsável pelas sanções dos EUA prorrogou nesta segunda-feira uma licença para Chevron atuar no país até o dia 27 de maio. Tal licença perderia a validade no início de abril.

Com o início da guerra na Ucrânia, o governo anterior de Joe Biden havia flexibilizado algumas sanções contra o país sul-americano, permitindo o retorno das exportações de petróleo cru para os EUA.

O especialista venezuelano Francisco Rodríguez, professor da Universidade de Denver, nos Estados Unidos, avalia que a decisão anunciada hoje é de difícil aplicação e que, por enquanto, os EUA continuam comprando óleo venezuelano, apesar do anúncio para suspender as atividades da Chevron.

“Se Repsol (empresa espanhola privada) compra petróleo venezuelano, os EUA poderão impor uma tarifa de 25% sobre todas as exportações espanholas? Isso sugere Trump. Mas a Repsol não é a Espanha e o governo espanhol não controla suas decisões comerciais”, ponderou o pesquisador dos efeitos das sanções contra a Venezuela.

Para Rodríguez, a medida de taxar em 25% os países que comprarem o óleo venezuelano pode ter o efeito de privilegiar as exportações da Venezuela para os EUA caso as licenças da Chevron sigam sendo prorrogadas.

“Vale lembrar que muitas dessas licenças são emitidas por períodos curtos e renovadas rotineiramente. O melhor exemplo é a Licença Geral 5, que foi renovada 18 vezes. Não seria surpreendente se um padrão semelhante surgisse com a Chevron”, completou o professor em uma rede social.

PEDIDO DE VISTA

Nunes Marques suspende julgamento de Carla Zambelli

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o julgamento virtual que vai decidir sobre a condenação da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

A paralisação ocorreu em função de um pedido de vista do ministro Nunes Marques. Não há data para a retomada do julgamento.

Em agosto de 2023, Zambelli virou ré no Supremo pelo episódio em que ela sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. A perseguição começou após Zambelli e Luan trocarem provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo.

Até o momento, o Supremo registrou placar de 5 votos a 0 para condenar a parlamentar a 5 anos e 3 meses de prisão em

regime semiaberto. Os ministros que votaram pela condenação também se manifestaram pela perda do mandato em função da condenação criminal. Faltam os votos de seis ministros.

Os ministros que já votaram seguiram o entendimento do relator, Gilmar Mendes, para quem a reação armada diante de ofensas não encontra amparo no Estado Democrático de Direito.

“Ao adentrar no estabeleci-

mento comercial com a arma em punho apontada para Luan, determinando repetidas vezes que o mesmo deitasse no chão, a ré claramente forçou-o a fazer ato contrário a sua vontade, utilizando-se da arma de fogo para subjugar-lo, mediante grave ameaça, restringindo sua liberdade momentaneamente”, afirmou Mendes.

Os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Flávio Dino, Cristiano Zanin seguiram o relator.

PERDEU, MANÉ

Supremo suspende julgamento de golpista que pichou estátua

Um pedido de vista do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem o julgamento de Débora Rodrigues dos Santos, mulher acusada de participar dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e de pichar a frase “Perdeu, mané” na estátua *A Justiça*, localizada em frente à sede do Supremo, na Praça dos Três Poderes.

O caso é julgado pela Primeira

Turma da Corte, formada pelos ministros Alexandre de Moraes, relator do caso, Flávio Dino, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin e Fux.

O julgamento virtual começou na sexta-feira passada, quando Moraes votou para condenar Débora a 14 anos de prisão em regime fechado por cinco crimes: tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito,

dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada.

Em seguida, Dino seguiu o relator. O placar está 2 votos a 0. O julgamento não tem data para ser retomado.

Ao se manifestar pela condenação de Débora, Alexandre de Moraes afirmou que ela “confessadamente adentrou à Praça dos Três Poderes e vandalizou a

escultura *A Justiça*, de Alfredo Ceschiatti, mesmo com todo cenário de depreciação que se encontrava o espaço público”.

A frase “Perdeu, mané” foi dita pelo presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, em novembro de 2022, após ser importunado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro durante um evento em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

NOVAS REGRAS

Gilmar diz que Judiciário vive 'quadro de verdadeira desordem' de supersalários

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes (foto), defendeu ontem, que novas regras sejam estabelecidas para a remuneração do Poder Judiciário. Ele afirmou que o Brasil vive um “quadro de verdadeira desordem” quando o assunto é os supersalários da Justiça e sugeriu um debate por parte do governo.

A declaração ocorreu em evento organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“Me parece fundamental que haja uma discussão a propósito dessa temática. Nós estamos vivendo um quadro de verdadeira desordem. A toda hora os jornais estampam novos penduri-

calhos e gratificações. É preciso que se estabeleçam regras e normas para isso”, afirmou o decano do STF.

Ele citou a Reforma do Judiciário de 2004, viabilizada por meio da Emenda Constitucional 45, e a forma com que suas disposições sobre os subsídios se tornaram ultrapassados.

“Se fez um esforço enorme para encerrar com os penduricalhos, criando subsídios. Mas, no Brasil, considerando inclusive a velocidade dos tempos, os subsídios foram ficando ultrapassados. Nesse contexto foram gerando-se novas gratificações, ou velhas gratificações foram restauradas, e nós estamos em uma fase extremamente preocupante, em que não sabemos bem qual é o critério que deve prevalecer”, disse.

CARLOS MOURA/STF

**SUPERPENDURICALHO**

As altas remunerações de juízes e desembargadores foram abordadas por ministros da Corte durante julgamento na Primeira Turma do STF na última terça-feira. Flávio Dino afirmou que o aumento dos salários de juízes e desembargadores é fruto de “criatividade administrativa” que “constrange o Judiciário”.

Já a ministra Cármen Lúcia disse que as manobras que permitam os pagamentos afrontam não só a magistratura, mas as normas constitucionais e o direito do cidadão.

Em dezembro de 2024, tribunais estaduais e ramos do Ministério Público usaram sobras de caixa para conceder benefícios que elevaram os salários em até R\$ 524 mil brutos. Só nos Tribunais de Justiça, foram pagos valores que somam pelo menos R\$ 1,5 bilhão, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em processo mais recente, o CNJ analisa a regularidade do pagamento retroativo de uma indenização por “acúmulo de acervo” a magistrados do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB). A decisão resultou em um “superpenduricalho” de R\$ 234 milhões.

ARGENTINA

Milhares vão às ruas no ‘Dia da Memória’

Em 24 de março de 1976, na Argentina, um golpe de Estado depôs o governo de María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita Perón, dando início a uma das ditaduras mais violentas da América Latina, que perduraria até 1983, resultando em perseguições, sequestros, torturas e assassinatos que vitimaram mais de 30 mil pessoas. Após a retomada da democracia, o Dia da Memória, Verdade e Justiça, lembrado ontem, passou a fazer parte do calendário nacional de mobilização da sociedade civil argentina, que se reúne em marchas pelo país afora.

O ato deste ano também marcou uma histórica unidade entre os principais movimentos sociais e de direitos humanos, o que não ocorria há pelo menos 19 anos. A marcha unificada reuniu milhares de pessoas na capital, Buenos Aires, bem como nas principais cidades do país, como Córdoba, Mendoza, Rosário e Santa Fé, em um contexto de oposição às políticas neoliberais e à visão do governo do atual presidente, Javier Milei, sobre a ditadura militar argentina. O mandatário de extrema-direita costuma se referir ao período ditatorial argentino como “uma guerra” em que “se cometeram excessos”, mas não condena o desaparecimento, a tortura, o assassinato nem o sequestro de

bebês dos opositores do regime.

A própria vice-presidente do país, Victoria Villarruel, é oriunda de família de militares e já defendeu a revisão da políticas de reparação e indenização às vítimas e parentes de mortos e desaparecidos políticos durante o regime.

Em Buenos Aires, a marcha saiu das proximidades da Avenida 9 de Julho em direção à Praça de Maio, onde fica a Casa Rosada, sede da Presidência da República. O ato foi organizado pelas entidades Mães e Avós da Praça de Maio, o agrupamento HIJOS (Filhos por Identidade e Justiça, na sigla em espanhol), movimentos de direitos humanos, sindicatos e partidos políticos, incluindo os peronistas.

“Lutamos por restituir a identidade das centenas de bebês roubados pela ditadura. A apropriação foi um desaparecimento forçado que continua se repetindo enquanto não se recupera a verdadeira identidade dessas pessoas”, discursou a presidente das Avós da Praça de Maio, Estela de Carlotto, em um palco montado na própria praça histórica.

Uma das políticas sistemáticas da ditadura argentina foi justamente o sequestro e roubo de bebês de mães militantes políticas que estavam presas em centros clandestinos de tortura.

CONDOMÍNIO DO BLOCO C DO CONJUNTO CIDADE DE COPACABANA
Rua Siqueira Campos, nº 143, Copacabana - RJ - CNPJ 40.454.241/0001-25
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - BLOCO C
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA
Na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, em conformidade com os termos do Artigo 1.348 inciso I do Código Civil, bem como do Edital de Convocação a ser publicado pelo Conselho de Administração em jornais de grande circulação, convocamos V.S.^a para a Assembleia Geral Ordinária - Bloco “C”, a realizar-se no “Salão de Festas - Nível “P”, do Cond. Edif. Apart Hotel, situado na Rua Barata Ribeiro, nº 370, Copacabana, nesta Cidade, no dia 09 de abril de 2025 (quarta-feira), às 17h em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, ou às 18h em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para tratarmos dos assuntos constantes da Ordem do Dia - BLOCO C: ITEM 1. Prestação de contas do exercício 2024; ITEM 2. Previsão orçamentária para o período março/2025 a fevereiro/2026; ITEM 3. Eleição de membro efetivo do Conselho de Administração e representante do bloco C para o biênio 2025/2027; ITEM 4. Informar, conforme aprovado na AGO de 12 de fevereiro de 2007: Quanto à obrigatoriedade de auditoria do conjunto (blocos e pavimentos); Quanto à movimentação de contas bancárias em cada bloco e pavimento com duas assinaturas em conjunto, representantes e vice-representante (na falta de um destes, assina em conjunto com o presidente(a) do conselho), não se permitindo contas em nome das administradoras; Quanto ao limite de gastos com obras dos representantes de cada bloco e pavimento de até 05 (cinco) salários mínimos vigentes (acima desse valor somente com aprovação do Conselho de Administração); ITEM 5. Eleição de membro suplente do Conselho de Administração e Vice-Representante do Bloco C para o biênio 2025/2027; ITEM 6. Eleição de membros efetivo e suplente do Conselho Fiscal para o biênio 2025/2027; ITEM 7. Fixação de multa para infração equivalente a 01 salário mínimo nacional; ITEM 8. Dar ciência aos condôminos acerca do andamento dos processos judiciais do Conselho de Administração x Bloco C; ITEM 9. Assuntos gerais. Obs.: 1 - Por determinação do Conselho de Administração, a reunião contará com Ata Notarial cujo Cartório do 15º Ofício fará a gravação e filmagem integral da reunião com a finalidade de confecção fidedigna da Ata; 2 - As pessoas que comparecerem na qualidade de procuradores e/ou representantes legais de condôminos deverão apresentar respectivos instrumentos de procuração que os credenciem, devidamente cercados de todas as formalidades legais, os quais não serão devolvidos e integrarão o acervo de arquivo da assembleia respectiva; 3 - Os locatários deverão fazer prova daquela condição através de cópias do contrato de locação e último recibo de condomínio quitado; 4 - Ressaltamos aos senhores condôminos ou seus procuradores, que de acordo com o Artigo 1335, inciso III do Código Civil, não poderão votar nas deliberações da assembleia, e delas participar, se não estiverem quites com suas cotas condominiais; 5 - A lista de inadiimplência do Bloco “C” deverá ser enviada ao Conselho de Administração até as 15h00 do dia da AGO. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. Edê Lamar S. C. Passos - Presidente do Conselho de Administração.

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Companhia Aberta - Categoria A - Registro CVM nº 27.502
CNPJ/MF 07.714.104/0001-07 - NIRE 33300328980
AVISO AOS AACIONISTAS
A Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A., sociedade anônima com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) - Categoria “A” - sob o código 27.502, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 07.714.104/0001-07, com escritório administrativo na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 12º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia” ou “Giga Mais Fibra”), comunica seus acionistas que, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404 de 1976 (“Lei das S.A.”), estão à disposição para consulta, no endereço acima indicado, os documentos pertinentes às matérias que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser oportunamente convocada. A cópia das demonstrações financeiras, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 também estão disponíveis para consulta nos websites da Companhia (https://www.allohari.com/) e da CVM (www.cvm.gov.br) para consulta. São Paulo, 25 de março de 2025.
GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Felipe Gonçalves Matsunaga
Diretor de Relações com Investidores

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.30001715-1 de 19/06/85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - em recuperação judicial, com sede na Rua Francisco Eugênio, nº 268, sala 901, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20941-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOCA, através do presente EDITAL, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 2 de abril 2025 às 10h, por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem da seguinte Ordem do Dia: a) alteração da sede da empresa para o seu novo endereço na Rua da Assembleia, nº 85, sala 702, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, com a respectiva alteração do art. 2 do Estatuto Social; b) Alteração dos endereços das sedes das empresas Astro Navegação Ltda- em recuperação Judicial e Astro Investimentos Ltda para seu novo endereço na Rua da Assembleia, nº 85, sala 702, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ; c) fixação da remuneração mensal do Conselheiros. Rio de Janeiro, 24 março de 2025
RENATO DE ANDRADE CABRAL